

ACTA
DA
REUNIÃO ORDINÁRIA
DA
CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município.

Data: 26/03/2001.

Iniciada às 15H00 e encerrada às 20H45.

Aprovada em 02/04/2001 e publicitada através do Edital n.º 68/2001.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

1. INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.
2. INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES.

ORDEM DO DIA

I - ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2001.

II - FINANÇAS

1. SITUAÇÃO FINANCEIRA.

III - ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

1. DOMINGUES & EUSÉBIO, LDA. – LOTEAMENTO EM ALTO DOS BARREIROS – ALVARÁ N.º 386 – REG.º 37909/00.
2. NELOUREX – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA. – LOTEAMENTO EM S. MARTINHO DO BISPO – REG.º 13123/00.
3. ALBERTO GAMEIRO MARQUES & FILHOS, LDA – LOTEAMENTO EM ALTO DE S. JOÃO – ALVARÁ N.º 456 – REG.º 9723/01.

IV - OBRAS MUNICIPAIS

1. PARQUE VERDE DO MONDEGO – 1.ª FASE – REPARAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DESTRUÍDAS PELAS CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS DESFAVORÁVEIS – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.
2. CLIMATIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS DE LIVROS E JORNAIS NA CASA MUNICIPAL DA CULTURA – ABERTURA DE PROPOSTAS.
3. CONSTRUÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.

V - DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EMPREENHIMENTO HABITACIONAL DO LORETO – VENDA DE HABITAÇÃO.
TRANSPORTES ESCOLARES SUBVENCIONADOS 2000/2001.

VI - CULTURA, TURISMO E ESPAÇOS VERDES

1. CEC – CAMINHOS DO CINEMA PORTUGUÊS VIII EDIÇÃO – APOIO DA AUTARQUIA.

VII - ASSUNTOS DIVERSOS

1. RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2000:
 - a) Câmara Municipal de Coimbra;
 - b) Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra;
 - c) Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente:	Manuel Augusto Soares Machado
Vice-Presidente:	Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Vereadores:	Jorge Manuel Monteiro Lemos
	João António Faustino da Silva
	Luis Malheiro Vilar
	Manuel Moreira Claro
	José Francisco Pereira Rodeiro

José António da Silva Ferreira Ribeiro
 João Oliveira Torres Pardal
 Cassiano Rodrigues Pedro Afonso
 Jorge Filipe de Gouveia Monteiro



A reunião foi presidida pelo Sr. Manuel Augusto Soares Machado, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Manuel Gilberto Mendes Lopes, Director do Departamento de Administração Geral, coadjuvado por Maria Licínia Campos do Vale Serrano, Chefe de Secção.

O Sr. Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

1. INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

O Sr. Presidente deu conhecimento dos seguintes assuntos municipais que tratou desde a última reunião, no âmbito das competências delegadas:

1. LISTAGEM DE PROCESSOS DE OBRAS.

Dos processos de obras (total de 168) objecto de despacho do Sr. Vereador João Silva do dia 19 a 23 de Março de 2001, ao abrigo das competências delegadas e/ou subdelegadas:

Despachos de deferimento nos termos das informações técnicas dos serviços:

Acácio Marques & Filhos – Soc. de Construções	43822/00
Acogue – Comercio de Carnes, Lda	1739/01
Acogue – Comércio de Carnes, Lda	55062/99
Adelino Rasteiro de Campos	10428/00
Adérito Augusto Jesus	41736/00
Agostinho Manuel da Silva Ladeiro Ferreira	3410/01
Aires da Silva Fernandes	48168/00
Aires Manuel Ferreira Lopes	5576/01
Alberto Dias Fernandes	3395/01
Alcides Santa Carvalho	46944/00
Álvaro António Rangel da Silva	51198/00
Alvart – Construções, Lda	45157/00
Alzira de Jesus Bogalho Marques	3801/01
Américo Couceiro Martins	1908/01
Ana Maria Crespo Quaresma Lourenço	9096/01
Ana Paula da Silva Rodrigues Alegre Correia	12309/01
Anibal José da Silva Barreira	6229/01
António Abílio Rodrigues	46759/00
António José Gomes Ventura	2515/01
António José Santos Silva	50223/00
António Monteiro	11626/01
Armando Alfredo Correia Lourenço	12081/01
Armando Batista Ferreira de Carvalho	11567/01

Armando José Travassos Pimenta	17999/00
Arsenio dos Santos Carvalho	959/01
Aurélio Apostolo Cardoso dos Santos	51242/00
Banco Nacional Ultramarino	8206/01
Branca Margarida Correia Simões Justo Batista	11605/01
Bruno Manuel Ramalho Andrade	43313/00
Café Pastelaria Geladaria Afonso Henriques, L	44277/00
Carla Maria Simões dos Santos	42585/00
Carlos Alberto Morais dos Santos Cardoso	9306/01
Carlos Lopes Nunes Mena	8393/01
Carlos Manuel Monteiro Coelho	2117/01
Ceiraconstroi, Soc. de Construções Civis, Lda	7074/01
Central Pão, Padaria e Pastelaria, Lda	11144/01
Colégio S. Martinho – Estabelecimento Ensino Ld	11147/01
David Francisco de Carvalho	50633/00
Dias de Carvalho & Gonçalves, Lda	52318/00
Duel – Construções, Lda	48039/00
Dulce Isabel Ribeiro Ferreira	23141/00
Eduardo Joaquim de Jesus	5760/01
Emídio da Silva Pereira	7693/01
Fernando da Silva Alexandre	51663/00
Filipa Isabel Neves Fernandes	8577/01
Frutuoso José Figueiredo Oliveira	5546/01
Gumercindo das Neves Simões	45508/00
Habimessias – Administração e Imobiliária Lda	2736/01
Henrique Martins	1219/01
João Mendes Bogalho	8571/01
João Paulo Morais Fernandes Barroso	23730/00
Joaquim dos Santos Pereira	6863/01
José Aleixo Monteiro Negrão	5655/01
José António da Costa Rodrigues Alves	31572/00
José Augusto Henggeler de Carvalho Antunes	8639/01
José Augusto Henggeler de Carvalho Antunes	8640/01
José dos Santos Bento	8928/01
José Manuel Lemos Alves	9496/01
José Mendes da Costa Serra	46970/00
Joviguia – Construções, Lda	11878/01
Júlia Antunes dos Santos	11358/01
Leiriguia – Construções, Lda	11877/01
Lino Alves dos Santos	544/01
Lugrade – Bacalhau de Coimbra, Lda	5331/01
Manuel da Silva Amado	32691/00
Manuel dos Reis Simões	34833/00
Maria Adélia de Almeida Correia de Oliveira	4079/01
Maria Arménia de Carvalho Leite	20605/00
Maria da Purificação da Costa Valente	45631/00
Maria de Jesus Trovoada dos Santos	40183/00
Maria de La Salete Carvalho	47478/00
Maria de Lurdes das Neves Marques dos Santos	9774/01
Maria Teresa da Rocha I. Moura Costa Alemão	49701/00
Mário Duarte Ferreira Morais	6489/01
Mário Rui Marques Neves	9540/01
Olímpio das Neves Cardoso	4080/01
Pedro de Almeida Gonçalves	19840/00
Pedro Manuel Dias Viana Lopes	7670/01
Ramiro José Correia Rodrigues	8035/00
Rosa José Cadima	29088/00
Sergio Alberto Nunes Vieira	9742/01
Soahabitar – Soc. de Const. e Habitações, Lda	7678/01
Sociedade de Construções Anafia, Lda	3146/01
Sociedade de Construções Anafia, Lda	3156/01

Sonia Isabel Baptista Oliveira	6860/01
Ulisses dos Santos Rosa	40212/00
Victor Manuel Rodrigues da Silva	11534/01
Vitor Manuel Lourenço de Matos	50236/00

Despachos de notificação nos termos das informações técnicas dos serviços:

Adelino Carlos Lisboa Luis	52236/00
Adm. B1 Bairro Caixa Previdência	48635/00
Adriano Rodrigues Lucas dos Santos	8325/01
Alice Maria Loureiro Inacio	3407/01
Amadeu Correia da Silva	43651/99
Amilcar José da Silva Padilha	21454/00
Ana Catarina Almeida Nascimento	25094/00
António Almeida	9758/01
António Bogalho Serrano	3384/01
Armando Garrido Gomes Carvalho	5100035/01
Arménio Leitão Pereira	3616/01
Arménio Ramos de Carvalho	10118/01
Augusto Silva	41900/00
Carlos Rodrigues Gama	38635/00
Civilobra Soc. Empreendimentos Urb. Centro Ld	47155/00
Const. Civil e Obras Públicas Mario Bento Lda	174/01
Construções A. Melo & Jacob, Lda	51461/00
Construções Gonçalves & Carrilho, Lda	11331/01
Cooperativa Agrícola de Coimbra	3396/01
Diamantino Carrolo dos Santos	23044/99
Ecoduna – Promoção e Gestão de Empreendimento	9729/01
Elisabete do Carmo Geria	7415/01
Fernando Fernandes Ferreira	373/01
Intercir – Centro Cirurgico de Coimbra, Lda	9763/01
Jin Xin – Restaurante Chines, Lda.	31216/99
João Armando Soares P. Aragão Rio	1007/01
João Manuel Pereira	50622/00
Joaquim Piedade Lopes Rego	2938/01
José António Vicente Dinis	9321/01
José Garcia Santos	33898/99
Luís António Pinto	33909/99
Manuel A. M. Filipe	9903/01
Manuel Jorge Rodrigues	44535/00
Manuel Luís Cruz Bernarda	4477/01
Márcio da Silva Ribeiro	1686/01
Maria Eduarda V. C. Eça e Vasco M. V. C. de Eça	48176/00
Maria Isabel F. B. G. Pereira	49346/00
Maria Isilda Calado da Cunha Vaz	50241/00
Maria Josefina Meneres Semide	9000209/00
Maria Manuela Raimundo de Oliveira	33120/00
Mário Rui Marques Neves	39302/00
Mário Simões da Fonte	33891/99
Nuno Filipe Gonçalves da Cunha	49452/00
Olívia de Oliveira dos Santos	751/01
Paulo Eusébio	42191/00
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S. A.	5100012/01
Predicentro	47221/00
Serafim Pereira Estrada	600/01
Triconstroi Lda	2779/01
Vicente & Mateus, Lda	33629/00

Despachos mandando informar nos termos das informações técnicas dos serviços:

Administração Condomínio N. 239 Paulo Quintela	6070/01
Alcides Manuel Relvão de Matos	31820/00
Álvaro da Costa Ribeiro Vilela	34535/00

Ana Maria Henriques Pires Silva Lopes	36794/00
António Tenente Quitério	52329/00
Arménio Gonçalves Catarino	41690/00
Carlos Alberto Patrício	41958/00
Construções Bento & Irmão, Lda	3547/01
Filipe Marques Videira	51837/00
José Maria das Neves Cruz e Santos	29858/00
Laurindo Antunes de Oliveira	41947/00
Luciano Silva Ribeiro	42720/00
Manuel Geraldo Rendilho	7133/01
Margarida Maria Rodrigues Viegas	3209/01
Maria de Lurdes Gonçalves	38985/00
Maria Isabel Carvalho dos Santos Fernandes	349/01
Paulo Sergio Taborda Lourenço	49707/00

Despachos mandando certificar nos termos das informações técnicas dos serviços:

Albano Dias Ferreira & Associados	12085/01
Augusto Eusébio Oliveira	10792/01
Canavente Construções, Lda.	11533/01
Edibuild Empreendimentos Imobiliários, Lda	10806/01
Espaço Urbano – Investimentos Imobiliários S A	9965/01
Joaquim Neto Murta	7525/01
Maria Leonor Matias Bessa	12342/01

Despachos para embargo nos termos das informações técnicas dos serviços:

Esmeralda da Conceição Marques Lopes	27424/99
João Manuel Sarabando Moreira	5100038/01
Joaquim Costas Seixas	39304/99
José Cortez Soares Magalhães	5100037/01

Despachos para parecer nos termos das informações técnicas dos serviços:

Carlos Alberto Soares Cunha	12521/01
-----------------------------	----------

Despachos para audiência prévia nos termos das informações técnicas dos serviços:

Luís Fernandes Dantas	3556/01
-----------------------	---------

2. CENTRO DE APOIO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL AGRAVADO.

Do seu despacho de 23/03/2001, exarado sobre a informação n.º 126, de 20/03/2001, da Divisão de Recuperação do Centro Histórico que aprovou a alteração ao nível da cobertura nos termos da referida informação, devendo a acção ser assegurada pelo Departamento de Desenvolvimento Social.

3. RECUPERAÇÃO DOS IMÓVEIS 65 A 67, 100 A 104 E 106 A 112 DA RUA JOAQUIM ANTÓNIO DA AGUIAR, EM COIMBRA – 2.ª FASE – ADJUDICAÇÃO.

Do seu despacho de 23/03/2001, exarado sobre a informação n.º 273, de 21/03/2001, da Divisão de Habitação Social (Comissão de Análise) que adjudicou nos termos do disposto no art.º 136.º do Decreto-lei n.º 59/99, de 02 de Março, a empreitada “Recuperação dos Imóveis 65 a 67, 100 a 104 e 106 a 112 da Rua António da Aguiar, em Coimbra – 2.ª Fase” à Firma “Carlos Caldeira Marques & Filhos, Lda.” pelo valor de 3.853.336\$00 acrescido de IVA, com o prazo de execução de 120 dias, sendo nomeada como representante da Câmara Municipal de Coimbra para a consignação da obra a Eng.ª Rosa Maria Santos e como responsável pela fiscalização a Eng.ª Técnica Aurora Teixeira.

4. RECUPERAÇÃO E REMODELAÇÃO DO IMÓVEL N.º 34 DA RUA 13 DE MAIO – BAIRRO DA FONTE DO CASTANHEIRO – ADJUDICAÇÃO.

Do seu despacho de 23/03/2001, exarado sobre a informação n.º 274, de 21/03/2001, da Divisão de Habitação Social, que adjudicou, nos termos do disposto no art.º 136.º do Decreto-lei n.º 59/99, de 02 de Março, a empreitada “Recuperação e Remodelação do Imóvel n.º 34 da Rua 13 de Maio – Bairro da Fonte do Castanheiro” à Firma “Carlos Caldeira Marques & Filhos, Lda.” pelo valor de 4.732.902\$00 acrescido de IVA com o prazo de execução de 90 dias,

sendo nomeada como representante da Câmara Municipal de Coimbra para a consignação da obra a Eng.ª Rosa Maria Santos e como responsável pela fiscalização a Eng.ª Alzira Soares Rodrigues.

5. RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DO ARQUIVO MUNICIPAL – ADJUDICAÇÃO.

Do seu despacho de 23/03/2001, exarado sobre a informação n.º 318, de 23/03/2001, da Divisão de Edifícios, que adjudicou definitivamente a empreitada “Reconstrução da Cobertura do Arquivo Municipal” à empresa “A Baptista de Almeida, Lda.” pelo valor de 24.715.999\$00 acrescido de IVA à taxa em vigor, com um prazo de execução de 120 dias.

6. ESTRADA DO ESCARVOTE – 2.ª FASE – CONSIGNAÇÃO DA OBRA.

Do seu despacho de 23/03/2001 que aprovou a prossecução da consignação urgente dos trabalhos e os seus representantes, nomeadamente os Técnicos Superiores da Divisão de Construção de Vias, Eng.ºs José Raúl J. Teles de Oliveira e José João M. Cardoso Santos. A fiscalização dos trabalhos deverá ser efectuada pelo Eng.º José João M. Cardoso Santos.

7. BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO CONCELHO – ESCOLA DE ASSAFARGE E EIRAS – AUTO DE CONSIGNAÇÃO.

Do seu despacho de 23/03/2001 que homologou o Auto de Consignação da empreitada “Beneficiação e Conservação das Escolas Primárias do Concelho – Escola de Assafarge e Eiras” adjudicada pelo montante de 2.282.878\$00 acrescido de IVA, à Firma “Carlos Caldeira Marques & Filhos, Lda.”.

8. CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE ALMAS DE FREIRE – ST.ª CLARA – ADIANTAMENTO.

Do seu despacho de 23/03/2001, exarado sobre a informação n.º 311, de 21/03/2001, da Divisão de Edifícios, que deferiu um adiantamento à Firma “Santana e Silva, Lda” adjudicatária da empreitada de “Construção do Jardim de Infância de Almas de Freire – Sta Clara” no valor de 17.155.000\$00, nos termos do n.º 5 do artigo 214.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março, devendo para tal a empresa apresentar garantia bancária ou seguro de igual valor, nos termos legais.

9. ESTRUTURA VERDE DO VALE DAS FLORES – ADIANTAMENTO.

Do seu despacho de 23/03/2001, exarado sobre a informação n.º 58, de 22/03/2001, da Divisão de Apoio às Juntas de Freguesia, que deferiu um adiantamento à Firma “Ramos Catarino, S.A” adjudicatária da empreitada de “Estrutura Verde do Vale das Flores” no valor de 37.335.925\$00, nos termos do n.º 5 do artigo 214.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março, devendo para tal a empresa apresentar garantia bancária ou seguro de igual valor, nos termos legais.

10. ALIMENTAÇÃO EM MT DO PT DO MERCADO – AJUSTE DIRECTO.

Do seu despacho de 23/03/2001, exarado sobre a informação n.º 267, de 08/03/2001, da Divisão de Equipamento Electromecânico que aprovou a abertura de concurso por ajuste directo nos termos do n.º 2 d) do art.º 48.º do Decreto-lei n.º 59/99, de 02 de Março, para a execução das obras de Alimentação em MT do PT do Mercado, pelo valor de 3.200.000\$00 e prazo de execução de 30 dias, aprovando para o efeito o respectivo projecto, programa de concurso e caderno de encargos, bem como a seguinte lista de firmas a convidar:

- “Hemapali – Montagens Eléctricas, Lda.”;
- “Barata e Marcelino, Lda.”;
- “Irmãos Heleno, Lda.”;
- “MT, Lda – Instalações Eléctricas Águas e Saneamento”.

Através do mesmo despacho foram aprovadas as seguintes Comissões:

Para Abertura de Propostas: Eng.º Luís Santos Costa – En.º Técnico Electrotécnico, Eng.ª Pedro Neves, Eng.º Técnico Civil, Irene André, Assistente Administrativo e Eng.ª Anabela Duarte, Eng.ª Técnica Civil (suplente).

Para Análise de Propostas: Eng.º Valdemar F. Rosas, Chefe de Divisão, Eng.º Luís Santos Costa, Eng.º Técnico Electrónico, Eng.º Luís Ricardo Pereira, Eng.º Técnico Civil e Eng.ª Sandra Vitória, Eng.ª Civil (suplente).

11. EDIÇÃO DE LIVRO SOBRE PARQUES E JARDINS DA CIDADE DE COIMBRA.

Do seu despacho n.º 468/PR/2001, de 23 de Março, exarado sobre a informação n.º 319, de 12/03/2001, do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes, que adjudicou, nos termos do disposto na alínea d) do art.º 86.º

do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, à empresa “Gradientes & Texturas Lda” a execução da parte gráfica do Livro sobre Parques e Jardins da Cidade de Coimbra pelo valor de 3.964.500\$00 acrescido de IVA. Para a impressão do livro deverá a Divisão de Aprovisionamento proceder à Abertura de Concurso nos termos da informação referida.

12. MONUMENTO AO 25 DE ABRIL.

Sobre este assunto e nos termos da informação n.º 221, de 21/03/2001 da Divisão de Aprovisionamento, a Sr.ª Vice-Presidente emitiu o seguinte parecer em 21/03/2001:

“Face às questões colocadas e contactado o Arquitecto Luís Neto e a escultora Ana Rosmaninho foi transmitido que:

- 1- o adjudicatário único será a firma de Luís Neto – arquitecto e associado, Lda ;
- 2- o plano de pagamento deverá obedecer às normas previstas na lei;
- 3- quanto à caução e acautelada a situação prevista na informação no ponto D 2, sou de parecer que não deverá ser exigida caução.”

Sobre o mesmo assunto o Sr. Presidente emitiu o seu despacho n.º 467/PR/2001, de 23 de Março, cujo teor é o seguinte: “Atento o que é informado e a urgência reconhecida – a obra deverá ser concluída para o próximo dia 25 de Abril (conforme deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal) – aprovo nos termos propostos pela Sr.ª Vereadora Teresa Alegre Portugal, para os devidos e legais efeitos, e no uso das competências que me confere a alínea b) do n.º 1 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99.”

13. BAR “AFTER HOURS” – RECLAMAÇÃO.

Do seu despacho n.º 466/PR/2001, de 22/03/2001, exarado sobre a informação n.º 216, de 16/03/2001 da Repartição de Documentação e Atendimento que aprovou as propostas constantes da informação mencionada, designadamente envio do processo ao Departamento de Administração Urbanística para ter em atenção as questões de insonorização e início da audição das entidades previstas no Regulamento, tendo em vista a eventual redução do horário de funcionamento requerido.

14. REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA AVENIDA DIAS DA SILVA E RUAS LIMITROFES – AUTO DE CONSIGNAÇÃO.

Do seu despacho de 21/03/2001 que homologou o Auto de Consignação da empreitada “Remodelação da Rede de Abastecimento de Água na Avenida Dias da Silva e Ruas Limitrofes”, adjudicada pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra à Firma “Pinto & Brás, Limitada”.

15. REPAVIMENTAÇÃO E ARRANJOS EXTERIORES DO BAIRRO DE CELAS, INCLUINDO A REMODELAÇÃO DE UM TROÇO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – AUTO DE CONSIGNAÇÃO.

Do seu despacho de 21/03/2001 que homologou o Auto de Consignação da empreitada “Repavimentação e Arranjos Exteriores do Bairro de Celas, incluindo a Remodelação de um Troço da Rede de Abastecimento de Água”, adjudicada à Firma “Redevias, Sociedade de Construções e Vias, Lda.” pelo valor de 36.153.000\$00.

16. AIRES SANTOS MENDES - MURO EM RUÍNA NA PEDRULHA.

Do seu despacho n.º 453/PR/2001, de 22 de Março, exarado sobre a informação n.º 709, de 22/03/2001, da Divisão de Gestão Urbanística Norte, que homologou o Auto de Vistoria da obra, devendo notificar-se o proprietário, Aires dos Santos Mendes, para no prazo máximo de 20 dias tomar todas as providências que a situação aconselhar, sendo o único responsável por quaisquer acidentes pessoais ou danos materiais que possam ocorrer.

17. COIMBRA-CAPITAL NACIONAL DA CULTURA 2002.

Que decorreram na semana transacta reuniões importantes com os Ministros da Cultura, Planeamento, Educação, Ambiente e Ordenamento do Território e diversas entidades tendo em vista estruturar o programa estratégico para Coimbra-Capital Nacional da Cultura 2002. Disse ainda que nessa reunião participou o Dr. Abílio Hernandez e foi delineado um conjunto de intervenções que depois de estruturadas pelos intervenientes terão condições de ser apreciadas pelas partes envolvidas. Referiu ainda o Sr. Presidente que uma das hipóteses de trabalho será a construção de uma sociedade, embora existindo outras que poderão ser equacionadas através dos contributos das diversas entidades e do coordenador da missão.

18. CENTRO DE CONGRESSOS - REUNIÃO COM EMPRESÁRIOS.

Que decorreu uma reunião com empresários e diversos agentes de iniciativa empresarial tendo em vista a constituição da sociedade “Centro de Congressos” de modo a que a intervenção a executar no Convento de S. Francisco, intervenção essa já aprovada pela Câmara e Assembleia Municipais possa ser executada. Disse ainda que estando publicado o Dec. Lei do Programa Polis e a sua área de intervenção, onde se inclui o Convento de S. Francisco, importa desencadear o processo e todos os mecanismos correspondentes compatibilizando-se e articulando-se todas as ações. Declarou também que têm decorrido reuniões com a Administração da Fundação Infante D. Pedro para tratar tudo o que diz respeito ao Parque Temático Ciência Cultura e Lazer. Disse também o Sr. Presidente que na preparação do trabalho, além de empresas em nome individual existem entidades que em articulação mostraram interesse em intervir, como a Região de Turismo, a Faculdade de Economia e um conjunto de entidades que estão a ser formalmente auscultadas. Disse ainda o Sr. Presidente que será importante considerar uma ligação transnacional e nesse sentido convidou os vice-presidentes da World Trade Centers Association para participar na reunião e poder partilhar este projecto. A reunião decorreu bem e os contributos manifestados pelas diversas partes em presença, foram úteis à definição do modelo empresarial que se encarregará, uma vez decidido e aprovado nas instâncias próprias, da gestão e exploração do Centro de Congressos.

19. INSTALAÇÃO DO PAVILHÃO HANNOVER NO PARQUE VERDE DO MONDEGO.

Que decorrem diligências tendo em vista a localização adequada à instalação no Parque Verde Mondego, do Pavilhão de Portugal na Expo 2000 realizada em Hannover. Disse ainda que já se encontra em trânsito para Portugal, sendo que os Arquitectos Siza Vieira e Souto Moura, autores do projecto, estão a fazer o trabalho necessário de estudo dos locais possíveis e da adaptação daquele pavilhão ao sítio escolhido, no âmbito do programa geral do Parque Verde do Mondego.

O Sr. Presidente submeteu a ratificação da Câmara Municipal, nos termos do art.º 68.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, os seguintes processos:

20. CLUBE FUTEBOL UNIÃO DE COIMBRA – APOIO DA AUTARQUIA.

Solicitou o Clube Futebol União de Coimbra apoio da autarquia através do pagamento do aluguer de um autocarro para uma deslocação a Alcains no dia 25 de Março de 2001, onde a equipa disputou um jogo a contar para o Campeonato Nacional de Futebol da 2.ª Divisão - B.

Face ao exposto e com base na informação n.º 42, de 15/03/2001, da Divisão de Desporto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3986/2001 (26/03/2001):

- **Ratificar o despacho do Sr. Presidente n.º 452/PR/2001, de 22 de Março, que autorizou o apoio ao Clube Futebol União de Coimbra através da adjudicação do serviço, por ajuste directo, aos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra pelo preço unitário de 43.680\$00 (quarenta e três mil seiscentos e oitenta escudos).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

21. SOLIDARIEDADE COM O MUNICÍPIO DE VISEU.

O Sr. Presidente referiu-se ao acidente ocorrido no passado sábado no IP 3, próximo de Santa Comba Dão em que faleceram 14 pessoas, pelo que apresentou uma proposta de um voto de pesar e manifestação de solidariedade a transmitir ao Presidente da Câmara Municipal de Viseu pelos resultados nefastos do acidente verificado.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3987/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar o voto de pesar nos termos e com os fundamentos propostos pelo Sr. Presidente.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

2. INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR GOUVEIA MONTEIRO.

1. DEMOLIÇÃO EM S.SILVESTRE.

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro mais uma vez levantou a questão relacionada com a execução da deliberação nº 5963/97, de 24 de Fevereiro de 1997, relativa à demolição de muros na freguesia de S.Silvestre, em que o município infractor terá ocupado inadequadamente espaço público. Vários municípios protestaram, causando alguma perplexidade e indignação que a situação esteja ainda por resolver e se vá criando uma certa ideia de impunidade, que incentive outros a poderem fazer o mesmo.

2. PROCESSO DA RUA DAS CONVERTIDAS.

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro chamou a atenção para a questão apresentada pelo município que esteve presente na última reunião pública, Sr. Francisco Campos, residente na Rua das Convertidas na Pedrulha, referindo que foram dados 90 dias ao vizinho para legalizar/demolir o barracão. O prazo terminou em Outubro, sendo por isso uma situação que a Câmara Municipal tem de equacionar com urgência.

3. LOTEAMENTO DA CERIASTE EM EIRAS.

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro informou que lhe fizeram chegar um conjunto de fotografias do loteamento da Ceriarte em Eiras. Disse ainda ser um loteamento recente em que estão a ser construídas as infraestruturas e em que as fotografias revelam um alinhamento duvidoso relativamente à curva da Estrada de Eiras. Existe alguma perplexidade dos municípios que ali transitam, já que se trata duma curva com algum perigo e os lancis do passeio fazem um bico despropositado.

4. TAIPAL NA AV.ª. FERNÃO DE MAGALHÃES.

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro referiu que aquando do empreendimento do Bota-Abaixo foi por si levantada a questão do passeio que depois se transformou na ocupação de uma grande parte da via da Av.ª Fernão de Magalhães. A acrescentar a esta situação verifica-se que no gaveto da Rua do Carmo com a mesma Avenida, no prédio que foi demolido, está todo o passeio ocupado com o taipal da obra e ainda uma parte da via pública. As pessoas transitam na via e até as Bombas de Gasolina ali instaladas já colocaram um letreiro na via pública a sinalizar as bombas para não fiquem escondidas pelo taipal. No seu entendimento é necessário fiscalizar e encontrar uma solução para que os peões não sejam obrigados a circular na via pública.

5. EMPRESAS NA PEDRULHA.

O Sr. Vereador Gouveia Monteiro referiu que na sequência dum plenário de trabalhadores da Fábrica Estaco, em que esteve presente, foi debatida a situação extraordinariamente preocupante que se vive e já com rumores da convocação da Assembleia de credores e respectiva falência. Disse ainda que o problema da Estaco transcende as competências municipais, mas sentiu a amargura nas palavras de um dirigente sindical relativamente a outras empresas com algumas semelhanças, designadamente em Arouca, em que o próprio Presidente da Câmara acompanhou os trabalhadores, os sindicatos e toda a negociação com o Ministério da Economia. Da Câmara Municipal de Coimbra, embora sensível à questão do terreno para evitar e especulação imobiliária, não se sentiu o empenhamento necessário para acompanhar o processo.

O Sr. **Presidente** referiu que as relações com as empresas devem ser estabelecidas de modo transparente e insubstituível. Disse ainda que em reunião recente havida com a empresa Estaco e com eventuais vendedores e ou compradores e autoridades públicas, teve oportunidade de voltar a insistir nesse ponto. Intervenção diferente e que não perfilha é o princípio das nacionalizações ou das renacionalizações. O que transmitiu a todos os presentes, foi no sentido de que a administração tem de administrar e as outras entidades têm as missões que por lei e no quadro constitucional existente lhe são atribuídas, não devendo substituírem-se à Administração, podendo apenas ajudar. Disse ainda que perante a situação complexa da empresa têxtil Rifer e depois de várias procuras de solução transmitiu a eventuais compradores, ao sindicato e a várias entidades ligadas ao processo, a disponibilidade da Câmara Municipal em arranjar dois lotes no Parque Industrial de Taveiro logo que seja executada a reversão do lote que foi atribuída à Vidrocarro, para que não houvesse uma deslocalização do Concelho Coimbra. Foi transmitida a mensagem e espera

que a negociação fique concluída e seja apresentada à Câmara Municipal de forma credível e por quem de direito, uma solução. Também foi posta como alternativa a disponibilidade de instalação no loteamento industrial de Eiras, para não forçar movimentos pendulares acrescidos às pessoas que hoje trabalham em Coselhas.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR FRANCISCO RODEIRO.

1. EXTINÇÃO DE EMPRESAS EM COIMBRA.

O Sr. Vereador Francisco Rodeiro referiu não partilhar a ideia de que o Presidente da Câmara deve estar à cabeça de manifestações de trabalhadores de empresas em dificuldade, atendendo a que, em Coimbra, estaria sempre na rua, já que são tantas as crises que abalam o seu tecido industrial. Quando as empresas entram em crise, pedem ou requerem o processo de recuperação de empresa, quem é, por regra, mais inflexível no perdão dos créditos é o Estado, através da Caixa Geral de Depósitos, Fazenda Nacional ou Segurança Social. Se o Estado tivesse o bom-senso de ajudar as empresas, muitas vezes não as estrangulava com a sua posição de grande inflexibilidade. Entende no entanto que uma Câmara Municipal não deve ficar alheia à crise que afecta pessoas, indústrias e a actividade económica no seu município. Para os muitos trabalhadores que atingiram, por força da idade, um nível de dificuldade de adaptação às novas tecnologias, é necessário encontrar formas alternativas de ocupação. O que mais o preocupa, enquanto vereador e cidadão, não é a extinção duma empresa, mas sim que a mesma não seja substituída por novas empresas com outras tecnologias. Dentro das limitações do seu mandato tem procurado que Coimbra apareça aos olhos do País com actividade industrial de grande envergadura à dimensão da 3ª cidade do País.

2. BISPO DE COIMBRA, D. JOÃO ALVES.

O Sr. Vereador Francisco Rodeiro referiu que a cidade deveria manifestar o apreço a D. João Alves pela forma inquestionável como desempenhou o cargo ao longo de 25 anos à frente da Diocese de Coimbra. A figura de D. João Alves sempre se agigantou em termos de intervenção cívica, embora sendo feita discretamente e em prol dos desfavorecidos e dos deserdados, efectuando análises lúcidas sobre situações periclitantes ao nível da actividade política do país.

O Sr. Presidente referiu que no 75º Aniversário do Bispo de Coimbra a Câmara Municipal adoptou uma posição que o próprio presidente da Câmara Municipal transmitiu. Disse ainda que nos 25 anos de Bispado também teve oportunidade de o fazer em visita oficial ao episcopado para cumprimentar o Sr. Bispo de Coimbra D. João Alves e nessas duas oportunidades fez referência e informou a Câmara Municipal. Também na cerimónia de despedida do exercício das funções, foi convidado e esteve presente nas comemorações que se realizaram na Sé Nova.

4. HOMENAGEM A FIGURA PÚBLICA.

O Sr. Vereador Francisco Rodeiro referiu que à, semelhança do que já propôs há algum tempo atrás, fosse homenageada pela Câmara Municipal de Coimbra a figura pública, que presidiu aos destinos desta cidade, que é Eng.º António Moreira.

O Sr. Presidente disse que foi referido numa reunião da Câmara Municipal que o Partido Social Democrata estava a preparar uma homenagem ao Eng.º António Moreira e desde há dois anos a esta parte a mesma nunca se realizou. Disse ainda que tem muita estima e consideração pelo Sr. Eng.º António Moreira com quem teve oportunidade de trabalhar e gostaria que não fosse associado o seu nome a qualquer polémica fútil sobre este assunto.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOÃO PARDAL.

1. SINALIZAÇÃO EM SARGENTO-MOR.

O Sr. Vereador João Pardal referiu que os sinais colocados no cruzamento de Sargento-Mor ainda não estão a funcionar. Considerando que já decorreu bastante tempo após a sua colocação considera ser uma situação caricata e incompreensível, pelo que se deveria obter informação junto de quem de direito, embora reconheça que se trata de uma obra que não é da competência da Câmara Municipal, embora esta possa intervir com o objectivo de acelerar a resolução da questão.

2. ENCERRAMENTO DE EMPRESAS.

Quanto ao encerramento de empresas o Senhor Vereador João Pardal referiu que o mesmo traz consequências económicas e sociais graves que todos conhecem. Disse ainda que a Câmara Municipal tem alguma incapacidade de

actuar o que é compreensível, mas não pode ficar indiferente e no mínimo tem de ser solidária com os cidadãos do município. A Câmara Municipal tem de repensar a sua estratégia porque de facto está a assistir-se à diminuição do número de empresas em Coimbra, criando-se uma situação de aumento claro do índice de desemprego a médio prazo e há que tentar inverter a situação e isso é da responsabilidade da Câmara Municipal de Coimbra. Discute-se muito sobre a criação dos espaços industriais mas pouco se tem feito de forma que a Câmara Municipal possa mobilizar, seduzir e cativar a vinda de empresas para Coimbra.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR MANUEL CLARO.

1. COMUNIDADE JUVENIL DE S.FRANCISCO DE ASSIS.

O Sr. Vereador Manuel Claro informou que esteve presente na passada sexta-feira, dia 23 de Março, em representação do Sr. Presidente da Câmara, num jantar da Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis, onde foi testemunhado o apoio da Câmara Municipal de Coimbra a esta obra.

2. EMPRESAS.

O Sr. Vereador Manuel Claro referiu que em relação à temática das empresas, efectivamente Coimbra tem perdido alguma competitividade em termos industriais nos casos das indústrias da velha economia, sendo uma delas da área dos têxteis. Disse ainda que regista com alguma preocupação um indicador económico que foi divulgado a semana passada e que coloca Portugal como o último País da Europa dos 15, com um indicador preocupante, o da menor produtividade na Europa, ao contrário por exemplo da Irlanda que nos últimos anos se tornou um país altamente competitivo. Não basta falar de factores competitivos como a inovação e o investimento em novas tecnologias, mas também inclusivamente do factor competitivo da mão de obra, sendo nesse sector que a Grécia já ultrapassou Portugal.

O Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** referiu que não perfilha nenhuma postura de resignação em relação às políticas económicas que conduzem o país às situações acabadas de explanar pelo Sr. Vereador Manuel Claro. Disse ainda que se a Câmara Municipal intervém em domínios da actividade económica, com projectos na área da dinamização económica não é demais que a Câmara Municipal tenha uma intervenção firme, relativamente ao Governo, naquilo que é uma questão fundamental de emprego e da actividade económica em Coimbra, para que não faça de Coimbra uma cidade de serviços pobres. Disse ainda que o investimento necessário para manter em elaboração a Fábrica Triunfo era equivalente a um ano de subsídio de desemprego. Em grande medida é o dinheiro dos trabalhadores no activo que está a suportar muitos destes encerramentos das empresas e quanto a isto não perfilha nem a ideia de passividade, nem a ideia de que a Câmara Municipal não tem nada a haver com a situação.

INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOÃO SILVA.

1. POLÍTICA INDUSTRIAL E URBANISMO.

O Sr. Vereador João Silva começou por referir que os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, desde o início do mandato, fizeram questão de trazerem ao executivo municipal um documento sobre política industrial e outro sobre urbanismo. O mandato está no fim e nada foi apresentado. Disse ainda que não consegue perceber como é que Coimbra tem uma das taxas mais baixas de desemprego, se tem tantos dramas de natureza de reconversão industrial. Não partilha das ideias dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, embora reconheça que há dificuldades, mas existe capacidade de absorção e de reclassificação e de reconversão de pessoas que trabalham aqui. O Instituto Pedro Nunes e a Associação Tecnópolo são dois instrumentos duma estratégia que a Câmara Municipal como outros organismos da cidade adoptou, na tentativa de encontrar soluções para a incorporação no tecido económico da cidade de empresas. O Instituto Pedro Nunes tem tido um trabalho notável e terá oportunidade de trazer à Câmara um documento sobre novas empresas que têm surgido em Coimbra e com expressão internacional significativa. Disse também o Senhor Vereador que não existem alunos saídos da universidade nas áreas das tecnologias que estejam desempregados e há situações em que tem que ir buscar alunos à Universidade do Porto. Existe em Coimbra um conjunto significativo de novas empresas qualificadas, mas num modelo que não o antigo modelo das indústrias pesadas. Gostava de perceber onde existe um modelo económico sustentado com base nas teses políticas do Sr. Vereador Gouveia Monteiro, que tenha viabilidade. Em toda a Europa de leste houve uma derrocada total duma filosofia de um determinado modelo económico e não parece também que aquilo que afirma com tanta convicção sejam teses que levem a um desenvolvimento industrial sustentado. A sustentação com fundos públicos de um conjunto de empresas tem levado a situações dramáticas muito piores que aquelas que se poderia ter se se tivesse feito uma adequada reconversão industrial.



ORDEM DO DIA

I - ADMINISTRAÇÃO GERAL

I.1. ACTA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2001.

Deliberação nº 3988/2001 (26/03/2001):

- **Aprovada a acta da reunião do dia 19 de Março de 2001, com as alterações introduzidas à respectiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.ª Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar, Manuel Claro, Francisco Rodeiro, José António Ribeiro, João Pardal e Cassiano Afonso. Votou contra o Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro.

Justificação do Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro: “Na última reunião da Câmara Municipal, foi aprovada com o meu voto contra a abertura do concurso para a construção do Teatro a poente da Cerca de S. Bernardo.

A seguir à votação e quando eu lia a minha justificação de voto, o Sr. Presidente da Câmara, em sede de justificação de voto, declarou que as minhas palavras estavam “eivadas de falsidade”.

Nesta oportunidade, quero deixar perfeitamente claro que a minha declaração de voto era inteiramente verídica, conforme se pode comprovar pelos seguintes factos

1. Em Maio de 1997 (portanto, finais do mandato anterior), a Câmara abriu o concurso publico para “Criação e Requalificação do Espaço da zona do Pátio da Inquisição, Jardim da Cerca de S. Bernardo e Reconversão da Ala Poente do Colégio das Artes”. O Programa do Concurso não prevê qualquer construção de um Teatro.
2. Em 20 de Junho de 1997, o Arquitecto João Mendes Ribeiro entrega à Câmara a sua proposta, acrescentando dois sub-projectos: um novo edifício a construir de raiz e a abertura de uma ligação pedonal à Rua da Sofia.
3. Em 4 de Março de 1998 a Câmara assina o contrato com aquele Arquitecto, mas exclui o novo Teatro desse contrato, que passa, por opção do Presidente da Câmara, a estar desligado do resto da intervenção na zona.
4. Em 22 de Fevereiro de 1999, a Câmara aprova o Projecto de Execução, Caderno de Encargos e Programa do Concurso da empreitada, limitada nos termos referidos. Nesta votação, não participa o Vereador da CDU Jorge Gouveia Monteiro, que por motivos de saúde se ausentara da reunião cerca de uma hora antes. (ver Acta nº 51, pg 17).
5. Em 22 de Março de 99, a Câmara delibera a abertura do concurso para o “Projecto de construção do Teatro sito a Poente da Cerca de S. Bernardo”. O Vereador da CDU Jorge Gouveia Monteiro vota contra a proposta e apresenta justificação de voto onde pode ler-se: ... “Daí que faça todo o sentido procurar-se boas propostas, boas soluções arquitectónicas e culturais, dando aos concorrentes tempo suficiente para as prepararem cuidadosamente. Ora, quer o prazo para apresentação de propostas, quer o prazo para execução do projecto constantes do caderno de encargos deste concurso são demasiado curtos e irão certamente prejudicar ou mesmo impedir o aparecimento de propostas interessantes para a Cidade. O tempo falta no fim, mas as delongas passadas não podem justificar, agora, soluções apressadas. Porque são estas últimas que ficarão para o futuro. Voto contra pelo facto de a Câmara se ter recusado a estabelecer prazos mais dilatados.” Referia-se ao prazo de 75 dias para apresentação da proposta.
6. Em 23 de Agosto de 99 é adjudicado à empresa JÁ Arquitectos o projecto de construção do Teatro, com prazo de execução de 35 dias.
7. Em 23 de Fevereiro de 2000, essa mesma firma de architectos entrega à Câmara o seu Projecto.
8. Em 18 de Setembro de 2000, o Presidente dá conhecimento à Câmara de que aprovou, três dias antes e por despacho, o referido Projecto.
9. Em 19 de Março de 2001, é agendada para a reunião da Câmara a Abertura do Concurso para Construção do Teatro e o Presidente da Câmara abre a discussão dizendo que o que estava em discussão não era o Projecto, mas apenas a proposta de abertura do concurso.”

II - FINANÇAS

II.1. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Foi presente o balancete referente ao dia 23 de Março de 2001, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal nesse dia era de 4.627.959.152\$40 (quatro mil milhões seiscentos e vinte e sete milhões novecentos e cinquenta e nove mil cento e cinquenta e dois escudos e quarenta centavos), sendo o saldo de operações de Tesouraria de 195.101.300\$00 (cento e noventa e cinco milhões cento e um mil e trezentos escudos).

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3989/2001 (26/03/2001):

- **Tomar conhecimento.**

III - ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

III.1. DOMINGUES & EUSÉBIO, LDA. – LOTEAMENTO EM ALTO DOS BARREIROS – ALVARÁ N.º 386 – REG.º 37909/00.

Relativamente ao assunto acima identificado a Divisão de Gestão Urbanística Sul elaborou a informação n.º 642, de 09/03/01, cujo teor a seguir se transcreve:

“I. ANÁLISE TÉCNICA

Analisado o requerido, cumpre-me informar:

O presente aditamento vem dar cumprimento à Deliberação de Câmara de 17 de Julho de 2000, relativo à alteração ao loteamento com o alvará n.º 386, no que se refere à unificação dos lotes 83 a 86 (Centro social, ginásio, actividades de tempos livres, creche e jardim de infância) para um lote destinado a “ Centro de Educação Juvenil “ e os lotes 87 e 88 (centro de saúde e serviço de ajuda doméstica domiciliária, centro de dia e residência da 3.ª idade) para um lote destinado a “ Centro de Apoio à Terceira Idade “.

As alterações pretendidas cumprem as normas em vigor relativamente ao tipo de ocupação.

3. O estacionamento privado proposto – 190 lugares – contempla um acréscimo de oito lugares no número de lugares de estacionamento privados definidos no alvará de loteamento n.º 386 - 182 lugares.

O estacionamento público mantém o definido no alvará.

Situação viável, dado que não há aumento da área bruta de construção e a ocupação pretendida tem exigência definidas no PDM de estacionamento, igual à ocupação definida no alvará de loteamento inicial.

2. Consta do processo (reg.to 38775/99), declaração de 2/3 dos proprietários dos lotes dando o aval à alteração em análise.

PROPOSTA

Face ao exposto, PROPÔE-SE DEFERIR o pedido de licenciamento da operação de loteamento (projecto de alterações) em análise.”

Para este assunto o Chefe de Divisão elaborou a seguinte proposta em 14/03/2001:

“Proponho que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licença da operação de loteamento (alterações ao Alvará de Loteamento n.º 386), em face da informação que antecede.

São devidos as taxas de licenciamento a que se refere o n.º 1 do art.º 11.º do Regulamento Municipal sobre Taxas e Cedências relativas à Administração Urbanística.

A Requerente deverá apresentar planta de síntese em película poliéster, vulgo repropolar, para emissão de aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 386.”

Sobre este mesmo assunto o Director do Departamento de Administração Urbanística emitiu a seguinte proposta de decisão em 14/03/2001:

“Proponho que a Câmara Municipal delibere nos termos da presente informação n.º 642 da DGU/S e síntese expressa na proposta subscrita pelo Chefe de Divisão, Eng.º Luís Leal em 14/03/01.”

Face ao exposto e após a análise do processo, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3990/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar a proposta do Director do Departamento de Administração Urbanística, acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

III.2. NELOUREX – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA. – LOTEAMENTO EM S. MARTINHO DO BISPO – REG.º 13123/00.

Sobre o assunto acima identificado a Divisão de Gestão Urbanística Sul elaborou a informação n.º 535, de 28/02/2001, cujo teor a seguir se transcreve:

“1 ANÁLISE

ANTECEDENTES

1.1 O registo em análise, n.º 13123/00, surge em sequência ao ofício n.º 33115 de 99.12.31.

ANÁLISE ARQUITECTÓNICO-URBANÍSTICA

1.2 São abordados os aspectos evidenciados na inf. técnica n.º 2163 de 99.08.25 a rectificar/esclarecer:

1.2.1 Mantém-se a parcela interior aos lotes como área condominial afectada à utilização pública. Não é, contudo, classificada como lote para efeitos de registo (aspecto já referido na anterior informação técnica);

1.2.2 É resolvida a questão da diminuição da zona verde de protecção à “Via Estruturante Santa Clara/S. Martinho do Bispo” (conforme orientações da APOT inf. n.º 198/96);

1.2.3 Relativamente ao registo anterior são apresentados novos cortes (desenho 6), podendo constatar-se melhorias consideráveis em termos de esclarecimento/justificação das soluções adoptadas. No que se refere ao estacionamento previsto em cave cumpre-se com o estabelecido na alínea j) do art.º 3.º do regulamento do PDM;

1.2.4 Resultam resolvidas as questões relativas ao acesso comum às caves dos lotes 3, 4, 5 e 6 com circulação interior o que parecia impraticável. Agora os acessos são independentes para os lotes 1, 2, 3 e 4, mantendo-se comuns nos lotes 5 e 6. O acesso pedonal ao lote 4 é agora feito por rampa de forma a permitir os acessos às caves dos lotes 3 e 4.

1.3 A área bruta de construção proposta, 3896 m², não excede a permitida, 3911.15 m², conforme mapa de medição de 00.05.25.

1.4 Cedências (artigo 64.º do regulamento do PDM):

1.4.1 Cumpre-se com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 64.º do regulamento do PDM: $0.70 \times Ab = 0.7 \times 3\,896.00 = 2\,727.20$ m², já que é proposta a cedência de 6 787.40 m² para a execução respectivamente de vias projectadas a norte e nascente, incluindo taludes com zonas verdes de protecção aos arruamentos, referindo-se que a via a norte constitui via da rede municipal secundária conforme decorre da Planta de Ordenamento do PDM;

É prevista a cedência de 133.30 m² para beneficiação do arruamento existente a poente (estacionamentos e passeio);

1.4.3 Exceptua-se, com fundamento no desenho urbano adoptado, a previsão de espaços verdes e de utilização colectiva com o valor de $0.20 \times Ab = 0.20 \times 3\,896.00 = 779.20$ m².

1.5 Previsão de estacionamento (art.º 37.º do regulamento do PDM):

De acordo com o parecer do Chefe da DGU-S de 99.11.03 é “...aceitável a localização de estacionamentos de utilização pública em área condominial afectada ao conjunto dos lotes, por razões urbanísticas locais de conjunto e ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 37.º do PDM.”. Assim, a previsão de estacionamento 69 lugares, dos quais 32 são públicos e 37 são privados, dá cumprimento, às necessidades evidenciadas no quadro seguinte:

USOS	N.º DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO	
	Total	Público
Residencial	1.5 x 31 = 47	1/3 x 47 = 16
Comércio	495 / 25 = 20	80% x 20 = 16
TOTAIS	67	32

1.6 Regulamento Urbanístico:

São susceptíveis de comentários os artigos 9.º e 14.º: o art.º 9.º deverá ser redigido de forma a relevar o disposto no n.º 5 do art.º 36.º do DL 448/91 com a redacção dada pelo DL 334/95; deverá esclarecer-se o art.º 14.º.

1.7 Infra-estruturas:

1.7.1 EDP – parecer favorável com as condições expressas no ofício n.º 407 de 01.01.22, relevando-se o interesse que as infra-estruturas sejam projectadas e executadas com as do loteamento vizinho em nome de César Mano Dias.

1.7.2 SMASC – parecer favorável, de imediato, para os lotes 1 e 2, e condicionado à construção da designada “Via estruturante Santa Clara- S. Martinho do Bispo” para os restantes lotes, ofício n.º 1263 de 01.02.07.

2 PROPOSTA

2.1 Face ao exposto e ao estipulado no n.º 1 do art.º 13.º do DL 448/91 com a redacção dada pelo DL 334/95, propõe-se deferir o pedido de licença da operação de loteamento em análise nas seguintes condições:

2.1.1 Ficar a cargo da requerente a infraestruturização do local;

2.1.2 De acordo com 1.6.2, ser proposto o faseamento da operação de loteamento, constituindo os lotes 1 e 2 a 1.ª Fase e os lotes 3 a 6 a 2.ª Fase, devendo requerer a execução por fases das obras de urbanização, conforme o disposto no art.º 26.º do DL 448/91 com a redacção dada pelo DL 334/95;

2.1.3 A área condominial destinada a praça interior com estacionamento de utilização pública, constitui parte comum dos edifícios a construir nos lotes resultantes da operação de loteamento e rege-se pelo disposto nos artigos 1420.º e 1438.º do Código Civil, conforme decorre do n.º 3 do art.º 15.º do DL 448/91 com a redacção dada pelo DL 334/95;

2.1.4 Deverá ser estabelecido ónus de passagem pedonal e automóvel, em cave, do lote 6 a favor do lote 5.

2.2 Deverão, no prazo de 1 ano, ser apresentados:

2.2.1 Projectos das obras de urbanização de acordo com o definido nos artigos 8.º e 9.º do DR n.º 63/91;

2.2.2 Plantas de Faseamento e Síntese em película transparente à escala 1:1000 sobre levantamento aerofotogramétrico oficial;

Serem resolvidas as questões formuladas em 1.6.”

Para este assunto o Director do Departamento de Administração Urbanística emitiu a seguinte proposta de decisão em 21/03/2001:

“Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar o pedido de licenciamento da operação de loteamento urbano, nos termos e condições expressas e referenciadas na presente informação n.º 535 da DGU/S, devendo notificar-se em conformidade.”

Face ao exposto e após a análise do processo, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3991/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar o pedido de licenciamento da operação de loteamento urbano nos termos propostos pelo Director do Departamento de Administração Urbanística.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.ª Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar, Manuel Claro, Francisco Rodeiro, José António Ribeiro, João Pardal e Cassiano Afonso. Absteve-se o Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro.

Justificação de voto do Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro:

“Da análise que fiz ao processo percebi que a questão do afastamento dos 25 metros ao eixo da nova estrada projectada, via estruturante Santa Clara/S. Martinho do Bispo estava corrigida, mas não consegui confirmar se na área de cedência para construção desse arruamento há qualquer situação de construção em zona verde V2. Como não encontrei na planta nem nas informações da Assessoria de Planeamento e Ordenamento do Território nenhuma delimitação física de qual a zona residencial aglomerado e qual a zona verde, apenas vi a aplicação do índice de 22,5% à zona verde, gostaria de confirmar se algum dos lotes está construído em zona verde de protecção ou não. Razão pela qual me abstenho.”

III.3. ALBERTO GAMEIRO MARQUES & FILHOS, LDA – LOTEAMENTO EM ALTO DE S. JOÃO – ALVARÁ N.º 456 – REG.º 9723/01.

Para o assunto acima identificado a Divisão de Gestão Urbanística Sul elaborou a informação n.º 672, de 14/03/2001, cujo teor é o seguinte:

“I. ANÁLISE TÉCNICA

Analisado o requerido, cumpre-me informar:

1. A requerente apresenta aditamento e solicita a prorrogação por 12 meses do prazo para concluir as obras de infraestruturas do loteamento titulado pelo alvará n.º 456 (emitido em 6 de Novembro de 2000), situado no Alto do Leão, Fala.

2. A garantia bancária n.º 02550001525820019 emitida pelo Caixa Geral de Depósitos em 18 de Outubro de 2000 é válida por um ano, renovável automaticamente por períodos iguais.

3. O aditamento em análise refere-se à alteração da denominação do Lote 5 (Área verde e de utilização colectiva) para " Parcela a " com definição do valor correspondente á parte indivisa de cada lote.

4. As alterações pretendidas cumprem as normas em vigor.

I. PROPOSTA
PROPÔE-SE:

1. DEFERIR o aditamento em análise.

2. CONCEDER, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 23.º do Regime Jurídico do Licenciamento das Operações de Loteamento e das Obras de Urbanização, a prorrogação do prazo por 12 meses, para conclusão da execução das obras de urbanização.”

Sobre este mesmo assunto o Director do Departamento de Administração Urbanística emitiu a seguinte proposta de decisão em 21/03/2001:

“Proponho que a Câmara Municipal delibere nos termos da presente informação n.º 672/01, da DGU/S, procedendo-se às formalidades administrativas decorrentes, em sequência.”

Face ao exposto e após a análise do processo, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3992/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar a proposta do Director do Departamento de Administração Urbanística, acima transcrita.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV- OBRAS MUNICIPAIS

IV.1. PARQUE VERDE DO MONDEGO – 1.ª FASE – REPARAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DESTRUÍDAS PELAS CONDIÇÕES CLIMATÉRICAS DESFAVORÁVEIS – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.

Relativamente ao assunto acima identificado e com base na informação n.º 320, de 22/03/2001, da Divisão de Edifícios, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3993 /2001 (26/03/2001):

- **Adjudicar definitivamente a empreitada “Parque Verde do Mondego – 1.ª Fase – Reparação das Infra-estruturas Destruidas pelas Condições Climáticas Desfavoráveis” à Firma “Nova Construtora de Coimbra, Lda.” pelo valor de 31.274.528\$00 (trinta e um milhões duzentos e setenta e quatro mil quinhentos e vinte e oito escudos) acrescido de IVA à taxa em vigor e com um prazo de execução de 30 dias.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

IV.2. CLIMATIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS DE LIVROS E JORNAIS NA CASA MUNICIPAL DA CULTURA – ABERTURA DE PROPOSTAS.

Sobre o assunto acima identificado e com base na informação n.º 312, de 21/03/2001, a respectiva Comissão procedeu à abertura de propostas, tendo as mesmas sido apresentadas pelas seguintes empresas:

- “Condar, Condicionamento de Ar e Ventilação, Lda.”;
- “Electrotérmica, Instalações Mecânicas, Lda.”;
- “Gascensol , Instalações Mecânicas, Lda.”;
- “ACI – Assistência Técnica e Conservação Industrial, S.A”;
- “Ventarco – Ventilação e Ar Condicionado, SA.”;
- “Sistavac – Sistemas de Aquecimento Ventilação e Ar Condicionado, S.A”;
- “SE – Socequi – Sociedade de Equipamentos Industriais, Lda.”;
- “S.P. Sousa Pedro – Projectos e Gestão de Instalações Técnicas”;
- “Electroclima – Electricidade e Climatização, Lda.”;
- “Climacer – Climatização do Centro, Lda.”;
- “Correia & Prata, Lda”;

Foram excluídos na fase dos documentos os seguintes concorrentes:

- “Gascensol , Instalações Mecânicas, Lda.”;
- “Correia & Prata, Lda”;
- “Electrotérmica, Instalações Mecânicas, Lda.”.

Foram admitidos os seguintes concorrentes:

- “Condar, Condicionamento de Ar e Ventilação, Lda.”;
- “ACI – Assistência Técnica e Conservação Industrial, S.A”;
- “Ventarco – Ventilação e Ar Condicionado, SA.”;
- “Sistavac – Sistemas de Aquecimento Ventilação e Ar Condicionado, S.A”;
- “SE – Socequi – Sociedade de Equipamentos Industriais, Lda.”;
- “S.P. Grupo Sousa Pedro – Projectos e Gestão de Instalações Técnicas, SA”;
- “Electroclima – Electricidade e Climatização, Lda.”;

Conforme o n.º 3 do art.º 92.º do Decreto-lei n.º 59/99, de 02 de Março foi admitida condicionalmente a firma “Climacer – Climatização do Centro, Lda.”, razão para a suspensão do acto público de acordo com o n.º 2 do art.º 93.º do mesmo diploma.

IV.3 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO.

Solicita a Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais apoio financeiro para fazer face aos encargos assumidos com os trabalhos decorrentes da construção da nova sede.

Face ao exposto e com base na informação n.º 59, de 22/03/2001, da Divisão de Apoio às Juntas de Freguesia, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3994/2001 (26/03/2001):

- **Atribuir um subsídio no valor de 10.000 contos à Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais por forma a permitir o desenvolvimento dos trabalhos de construção da nova sede, verba correspondente a 50% do valor previsto em Plano de Actividades para esse fim.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V- DESENVOLVIMENTO SOCIAL

V.1. EMPREENHIMENTO HABITACIONAL DO LORETO – VENDA DE HABITAÇÃO.

Através do documento com o registo camarário n.º 005499/2001 a Dr.ª V. Alves Mendes (Advogada, mandatária do Sr. Arlindo dos Santos Domingues) propôs a compra da fracção “G” do Lote C1 englobado no Empreendimento Habitacional do Loreto. Exceptuando a referida fracção, que se encontra arrendada, todas as restantes habitações daquele lote já foram vendidas pela Câmara Municipal.

Face ao exposto e com base na informação n.º 248, de 14/03/2001, da Divisão de Habitação Social, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3995/2001 (26/03/2001):

- **Vender a Arlindo dos Santos Domingues pelo preço de 8.222.000\$00 (oito milhões duzentos e vinte e dois mil escudos) a habitação municipal sita em Coimbra, no Empreendimento Habitacional do Loreto, Lote C1 – R/Chão Esquerdo, a Norte correspondente à fracção “G”, composta por uma cozinha com varanda contígua, 2 W.C, 1 sala comum e 3 quartos (tipologia T3). Encontra-se englobada no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 00569/930504 da Freguesia de Eiras, para o qual a Câmara Municipal de Coimbra emitiu em 07/09/93 a Licença de Utilização n.º 318/93.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

V.2. TRANSPORTES ESCOLARES SUBVENCIONADOS 2000/2001.

Relativamente ao assunto acima identificado a Divisão de Acção Sócio-Educativa, elaborou a informação n.º n.º 377, de 22/03/200, cujo teor é o seguinte:

“No cumprimento dos despachos do Sr. Presidente da Câmara n.º 335/PR/2001, de 07/03/01, e do Sr. Vereador Luís Vilar de 20/03/01, cabe informar:

1. Nos termos do Plano Municipal de Transportes Escolares Subvencionados 2000/2001, aprovado em reunião de Câmara de 31/07/00, refere-se no ponto 1 que “este plano anual (...) prevê venha a abranger cerca de 2800 alunos e a envolver encargos da Câmara Municipal de Coimbra no montante estimado de 90.000 contos”.

No ponto 2.2, refere-se que o “serviço aos alunos assenta na utilização, ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 299/84, das carreiras públicas de transportes colectivos concessionadas às empresas transportadoras que operam no Município, em relação às quais a Câmara Municipal assume o pagamento correspondente ao montante das subvenções concedidas para o transporte dos estudantes que a elas tenham direito”.

Nos pontos 5.3 e 6.2 referem-se, respectivamente, os prazos de candidatura (31 Julho: 1.ª fase; 9 Outubro: 2.ª fase) e reclamação (9 Outubro: 1.ª fase; 10 Novembro: 2.ª fase) bem como os prazos a partir dos quais produzem efeito as decisões da Câmara sobre o deferimento ou indeferimento da subvenção de transporte escolar, traduzindo o faseamento do processo e da realização da respectiva despesa.

2. Neste contexto, foram apresentadas as seguintes despesas:

2.a 69.659.268\$00 para 2086 alunos no ano lectivo de 2000/2001 (Setembro de 2000 a Junho de 2001), dos quais 26.738.944\$00 para o ano de 2000 e 42.920.324\$00 para o ano de 2001 e acrescidos dos aumentos tarifários que viessem a ser legalmente definidos, aprovada por deliberação de Câmara de 28/08/00;

2.b 9.696.877\$00 para os 390 alunos discriminados na lista que integra a informação 1074/DiASE/00, de 27/10/00, deferidos por despacho do Sr. Vereador Luís Vilar de 30/10/00 ao abrigo dos pontos 5.3.1 (candidaturas) e 6.2.1 (reclamações) do Plano de Transportes, no ano lectivo 2000/2001 (Novembro de 2000 a Junho de 2001), dos quais 2.322.560\$00 para o ano 2000 – autorizada por despacho do Sr. Director do Departamento Financeiro de 30/10/00 – e 7.374.317\$00 para o ano 2001 sem autorização de despesa;

2.c 316.152\$00 para os 16 alunos discriminados na lista que integra a informação 1217/DiASE/00, de 24/11/00, assinados pelo Sr. Vereador Luís Vilar a 28/11/00 ao abrigo dos pontos 7.1 (candidaturas) e 6.2.2. (reclamações) do Plano de Transportes, no ano lectivo 2000/2001 (Dezembro de 2000 a Junho de 2001), dos quais 39.753\$00 para o ano de 2000 e 276.399\$00 para o ano de 2001;

2.d 27.520\$00 para os 2 alunos discriminados na lista que integra a informação 123/DiASE/01, de 29/01/01, assinados pelo Sr. Vereador Luís Vilar a 30/01/01 ao abrigo do ponto 7.1 (reclamações / entrega dos elementos em falta) do Plano de Transportes, no ano lectivo 2000/2001 (Fevereiro a Junho de 2001).

3. Por efeito da entrada em vigor do Plano de Actividades e Orçamento para 2001, propôs-se na informação n.º 103/DiASE/2001, anexa, que o Departamento Financeiro desenvolvesse os procedimentos necessários à emissão das requisições por transportadora com a despesa estimada na execução do Plano Municipal de Transportes Escolares

Subvencionados 2000/2001 para o resto do ano lectivo (Janeiro a Junho de 2001), no montante global de 52.215.610\$00.

4. Após cabimentação deste encargo (inf. n.º 38/ROC/01), foi parecer do Sr. Director do Departamento Financeiro, exarado na referida informação, que a autorização das despesas referidas em 2.b), 2.c) e 2.d), no montante de 10.040.549\$00, deveria ser submetida a decisão de Câmara, face ao previsto no art.º 16º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho (Regime jurídico de realização de despesas públicas) que refere que “1 – Para efeitos do presente diploma, a despesa a considerar é a do custo total da locação ou da aquisição dos bens ou serviços. 2 – É proibido o fraccionamento da despesa com a intenção de a subtrair ao regime previsto no presente diploma.”

5. Assim, no pressuposto que:

5.1. O encargo estimado de 90.000 contos previsto no ponto 1 do Plano Municipal de Transportes Escolares Subvencionados 2000/2001, aprovado pela Câmara Municipal em 31/07/00, não constitua um *plafond* de despesa autorizada;

5.2. A especificidade dos serviços de transporte escolar patenteada no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, e reiterado no parecer do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Coimbra, de 27/03/96, bem como as competências delegadas e subdelegadas ao abrigo da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, não sejam aplicáveis à presente realização de despesa;

6. Propõe-se para ractificação, ao abrigo dos pontos 3, 5.3, 5.3.1., 6.2.1, 6.2.2. e 7.1. do Plano Municipal de Transportes Escolares Subvencionados, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 197/99 e em complemento da deliberação de Câmara de 28/08/00:

6.1. O deferimento da subvenção de transporte escolar, para o ano lectivo 2000/2001, aos 408 alunos referidos nas informações 1074/DiASE/00, 1217/DiASE/00 e 123/DiASE/01 e constantes da lista geral anexa à presente informação, no montante aí discriminado e no valor global de 10.040.549\$00.

6.2. Suportar os encargos das subvenções propostas em 6.1. através do pagamento às seguintes entidades transportadoras:

Transportadoras	N.º de alunos	Despesa Anual
Rodoviária a Beira Litoral	57	1.303.080\$00
Moisés Correia de Oliveira	41	1.069.985\$00
ETAC / AVIC	47	1.135.482\$00
CP	13	166.400\$00
Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra	227	5.741.150\$00
Instituto de Almalaguês	10	280.000\$00
Instituto de Souselas	9	228.252\$00
Instituto de Lordemão	4	116.200\$00

6.3. O sancionamento das facturas apresentadas pelas referidas 8 transportadoras relativas aos meses de Novembro de 2000 a Março de 2001, discriminando-se no quadro anexo as facturas recebidas até à presente data, o seu montante e a despesa nelas integrada relativa aos 408 alunos objecto da presente informação.

A despesa total com os transportes escolares de 2.494 alunos para o ano lectivo 2000/2001 é de 81.344.387\$00, à qual poderão acrescer eventuais aumentos tarifários legalmente definidos para vigorar no corrente ano lectivo.

A despesa cabimentada para o ano 2001 (informação n.º 38/ROC/01) é de 52.215.610\$00.”

Sobre este assunto o Sr. Vereador **Jorge Gouveia Monteiro** referiu que da última vez que este assunto foi apresentado na reunião da Câmara Municipal suscitou a questão do contrato de associação do Estado com o Colégio de S. Martinho e a quem tinha cabido a deliberação sobre a área de influência daquele colégio e sobre as implicações na consideração da área de influência como escola pólo. As informações que dispunha na altura era que alunos da EB 2,3 de Taveiro, da EB 2, 3 Inês de Castro e da Escola Silva Gaio, que tinham direito a esse transporte escolar e a partir desse contrato e da definição dessa área de influência, deixaram de o ter.

O Sr. Vereador **Luís Vilar** referiu que o Colégio de S. Martinho não tem comparticipação dos transportes escolares e não há nenhuma reclamação na Divisão de Acção Sócio-Educativa sobre essa matéria. É uma reivindicação da Associação Nacional de Municípios Portugueses que no futuro toda e qualquer abertura de estabelecimento de ensino privado posse a ter um parecer vinculativo nos respectivos municípios.

O Sr. Vereador **Francisco Rodeiro** referiu ser defensor do ensino público mas também o é do ensino privado que é muitas vezes substitutivo do ensino público e, até, com melhores condições, havendo estudos que demonstram que o ensino privado é por vezes mais criterioso na utilização das verbas que lhes estão afectas, sendo o rendimento dos alunos, por vezes, mais relevante do que o ensino público.

O Sr. Vereador **João Silva** referiu que a preocupação do Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro é de que não hajam perdas de direitos dos alunos por transporte. No entanto não está de acordo com a ideia do Sr. Vereador de que houve perda de direitos. O que uma nova unidade de ensino fez foi dar mais direitos e colocar essa unidade de ensino mais próxima dos alunos. Se ninguém reivindicou nem reclamou, é da opinião de que a colocação de uma unidade de ensino mais próxima da habitação dos alunos é melhor, sob todos os aspectos.

Face ao exposto e após a análise do processo, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3996/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar as propostas constantes em 6.1, 6.2 e 6.3 da informação da Divisão de Acção Sócio-Educativa, acima transcrita.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.ª Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar, Manuel Claro, Francisco Rodeiro, José António Ribeiro, João Pardal e Cassiano Afonso. Absteve-se o Sr. Vereador Jorge Gouveia Monteiro.

VI - CULTURA, TURISMO E ESPAÇOS VERDES

VI.1. CEC – CAMINHOS DO CINEMA PORTUGUÊS VIII EDIÇÃO – APOIO DA AUTARQUIA.

O Centro de Estudos Cinematográficos é uma Secção da Associação Académica de Coimbra que se dedica ao desenvolvimento de acções no âmbito do Cinema Português. Em 1988 o CEC deu início ao Festival denominado “Caminhos do Cinema Português”, o qual, este ano terá lugar de 31/03 a 07/04 no Teatro Académico Gil Vicente, na sua VIII edição que, para além de exhibir toda a produção do ano transacto, pretende incluir uma vertente muito forte de formação através da organização de Workshops.

A Sr.ª **Vice-Presidente** disse que esta é uma iniciativa única a nível nacional e essa é a razão essencial do apoio que é proposto. A Câmara Municipal de Coimbra tem vindo há alguns anos a apoiar esta iniciativa de uma forma substancial para que ela ganhe esta dimensão que necessita ter e que é justo que tenha porque arrasta com ela a promoção de Coimbra.

O Sr. Vereador **Jorge Gouveia Monteiro** referiu que está de acordo com as considerações que estão feitas e o que lhe parece é que em face da importância desta iniciativa cultural ligada ao cinema português, da promoção da cidade e do orçamento que é referido, o subsídio é modesto.

A Sr.ª **Vice-Presidente** referiu que este apoio vai corresponder às necessidades da realização do festival e foi estudado em função do orçamento que foi apresentado em função da situação financeira actual desta organização. Face ao exposto e com base na informação n.º 363, de 19/03/2001, da Divisão de Acção Cultural, o Executivo deliberou:

Deliberação nº 3997/2001 (26/03/2001):

- **Atribuir um subsídio de 1.000 contos ao Centro de Estudos Cinematográficos da Associação Académica de Coimbra para a contribuição do desenvolvimento e prestígio da VIII Edição dos “Caminhos do Cinema Português”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

VII - ASSUNTOS DIVERSOS

VII.1. RELATÓRIOS DE ACTIVIDADES E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2000:

a) Câmara Municipal de Coimbra;

O Sr. **Presidente** referiu que os documentos que são apresentados se encontram elaborados segundo os modelos oficialmente estabelecidos, e conforme legislação aplicável. Disse ainda que destes volumosos dossiers destaca-se o registo de toda a actividade municipal tendo presente o Plano de Actividades adoptado para o ano económico em causa e anteriormente aprovado pela Câmara e Assembleia Municipais bem como o Plano Plurianual instituído na Câmara Municipal e que decorre da necessidade de Planeamento a um prazo mais alargado e obviamente também em cumprimento de um Plano Estratégico mais vasto sufragado nas últimas eleições autárquicas.

O Sr. Presidente declarou que existe um grau de realização de concretização significativo e a ambição permanente seria realizá-lo a 100%. Disse ainda que tem consciência que os Planos de Actividades e os Orçamentos Municipais devem ser optimistas e ambiciosos e constituir desafios permanentes para servirem de estímulo à actividade quotidiana do município e à capacidade que permanentemente tem de ser posta em acção. O trabalho realizado no ano de 2000 foi um trabalho intenso e abnegado que contou com a participação activa e empenhada da generalidade dos trabalhadores municipais e dos serviços municipalizados em articulação com muitas entidades públicas e privadas, empresariais e associativas, Institutos e Instituições Particulares. No ano de 2000 manteve-se uma prática de fazer publicar semanalmente nos órgãos de comunicação social locais as decisões mais relevantes que a Câmara Municipal toma no exercício da sua função e que continua a fazer-se, bem como as actas tão exaustivamente quanto possível. O que deseja destacar nesta oportunidade é o trabalho intenso desenvolvido pela generalidade dos trabalhadores do município sob orientação das respectivas chefias em que os principais beneficiados foram os munícipes. Trabalhos mais visíveis, trabalhos mais discretos, trabalhadores conhecidos, trabalhadores menos conhecidos, todos contribuíram para a realização do objectivo global do município que é servir bem e cada vez melhor a comunidade em que nos inserimos.

Aproveitou assim a oportunidade para reconhecer e agradecer a colaboração empenhada e esforçada dos Srs. Vereadores a tempo permanente nas funções específicas de coordenação directa de áreas com competência delegadas, bem como expressou a colaboração estimulante de todos os Srs. Vereadores mesmo votando contra ou mesmo quando fazem justificações de voto com as quais possa não concordar.

Referiu a colaboração da Assembleia Municipal como órgão de fiscalização e órgão próprio do município bem como a colaboração dos 31 Presidentes de Junta da Freguesia do Concelho e seus pares nas respectivas Juntas e Assembleias de Freguesia onde se tem trabalhado e desenvolvido a acção conjunta e conjugada e onde se realizou, em cada uma das trinta e uma freguesias, o conjunto de acções que o relatório de actividades evidencia.

A Sr.ª **Vice-Presidente** referiu-se à obra realizada, nomeadamente às actividades na área da cultura e tempos livres. Este foi o ano em que foi realizado o projecto de arquitectura do Arquivo Municipal, que é um projecto extremamente importante e que no Plano de Actividades aparece no Programa que se intitula “Bibliotecas e Arquivos”. Hoje aprovaram a climatização para os depósitos de livros e jornais, mas esse foi um projecto realizado no ano 2000. A Câmara Municipal aprovou a rede informática na Casa Municipal da Cultura. Destacou o trabalho realizado pela Biblioteca Infantil e pela Ludoteca, que no ano 2000 acolheu em visita 15.817 crianças e produziu mais 1.193 cartões de utilizadores, dos quais 487 usufruíram de serviço de empréstimo domiciliário de livros, realizou imensas acções na área da animação da leitura, das artes plásticas, do teatro, da música. Salientou que frequentaram as actividades de animação da leitura 5.591 crianças integradas em 151 grupos escolares. Destacou destas iniciativas um interessantíssimo programa de sensibilização para a leitura e meio familiar em que participaram encarregados de educação acompanhados com crianças com 4 anos. Realizou-se também um programa de leitura para os meses de verão e também se realizaram 28 oficinas de verão, nas quais participaram 143 crianças. No âmbito da animação das freguesias realizaram-se 25 espectáculos infantis. Lembrou ainda como actividade de biblioteca a atribuição do prémio literário Miguel Torga, à obra “A Noite Americana” da escritora Júlia Matos Silva e que se produziu uma interessante comemoração que celebrou o centenário da morte de António Nobre. Foi também no ano 2000 em que abriu a Fonoteca Municipal, cuja inauguração teve o acervo de 3.000 fonogramas e com um conjunto de animações ao qual foi dado continuidade para as crianças, nomeadamente “A Família das Cordas”, a comemoração do “Dia Mundial da Música”, um conjunto de debates que complementou o Ciclo de Jazz e iniciou um ciclo de música coral que ainda está a decorrer. Lembrou ainda que foi este o ano que projectou a elaboração da Biblioteca Municipal de Santa Clara cujo projecto de arquitectura foi já aprovado pelo Instituto Português do Livro e Bibliotecas. Referiu-se ainda ao Programa dos “Espaços Culturais”, sendo muito importante o facto de ter sido este ano que se projectou o Teatro no âmbito da Requalificação da Cerca de S. Bernardo e do Pátio da Inquisição. Quanto ao Museu da Cidade que receberá a Coleção Telo de Morais, foram cumpridos todos os objectivos e foi feito o programa de obra que estava prevista e que alcançou um total que ascende a 112.910 contos e atingiu no ano de 2000 uma taxa de execução de 88,6%, uma vez que esta obra está a ser continuada. A Sala da Cidade sofreu também importantes melhorias de equipamento e tem sido uma preocupação em dar aos espaços municipais aquilo que é necessário no sentido de os qualificar e modernizar. Relayivamente à Torre de Almedina foi o ano em que concluiu os vários projectos de arquitectura, assim como os projectos de especialidade e já está em fase de início de obra. Foi importantíssima a intervenção num programa que se intitula a “Rede Cultural de Coimbra” porque é através dela que todo o concelho passará a ter novos equipamentos e

globalmente foram atribuídos para esse fim 55.300 contos, para além de 20.000 contos atribuídos a outros dois grupos, ao de Ceira e de Arzila. Um outro programa que se intitula “Animação dos Espaços Culturais” trouxe 8 exposições à Torre de Anto que foi frequentada por 4.641 pessoas, à Sala da Cidade 9 exposições e que foi frequentada por 14.168 pessoas, a Casa Municipal da Cultura realizou 11 exposições e teve 6.500 visitantes, fez várias animações, sessões conferências que no total somam 29, lançou 27 publicações, realizou 7 sessões na área do cinema e programou e realizou 21 espectáculos que contou com 1146 espectadores, editaram-se 10 agendas culturais. Este também foi um ano em que as Festas da Rainha Santa ganharam uma dimensão especial, tendo-se atribuído 50.000 contos mais 1.000 contos de reforço à Associação que realiza e programa com a Câmara Municipal as referidas festas. Destacou a realização da Exposição Isabel de Aragão e a realização de um Festival que se intitulou “Coimbra 2000” e que trouxe a Coimbra nove cidades geminadas. Realizou-se o IV Festival em Coimbra que contou com 4.644 espectadores. Realizou-se o VIII Festival Internacional de Música que contou com 5.002 espectadores. Realizaram-se também os Encontros Mágicos que teve uma frequência de 1985 espectadores às galas. A Câmara Municipal apoiou de uma forma significativa a Feira do Livro, transferiu para a Bienal dos Encontros de Fotografia 12 mil contos, além de apoios logísticos e apoiou também um programa realizado pela Cena Lusófona. Foi também este o ano em que se realizou mais uma vez a Feira das Associações em espaços públicos que contou com a participação de 35 associações. A Câmara Municipal integrou as comemorações especiais deste ano de Eça de Queiroz e por isso, se implantou um busto no que vai ser o Jardim dos Poetas. O programa de apoio ao associativismo foi integralmente previsto com a atribuição de subsídios. Abriu-se a Casa Municipal da Vida Associativa, cederam-se instalações na Casa Municipal da Cultura para muitos grupos que aí fazem a seus ensaios. Também foi aprovada a cedência de terreno para a construção da sede ao Grupo de Teatro de Taveiro e deu-se um apoio muito significativo em transportes a variadíssimos grupos e associações do Concelho, em vários apoios logísticos, na cedência de espaços públicos. No tocante a celebração de protocolos relevou o Protocolo celebrado com o Teatro Académico de Gil Vicente e com as Companhias de Teatro de Braga e o Centro Dramático de Évora. Também o ano de 2000 foi o ano em que se procedeu levou à consignação do Novo Horto Municipal que neste momento já alberga a Divisão de Espaços Verdes. Também foi o ano de 2000 que se projectaram melhoramentos em Parques Infantis, trabalho que continua a desenvolver-se no corrente ano, sendo também o ano que se procedeu ao projecto de recuperação e valorização do Parque de Santa Cruz. Terminando a sua intervenção a Sr.ª Vice-Presidente referiu que na área do Turismo os dois Postos Municipais acolheram 93.669 visitantes de múltiplas nacionalidades, fizeram-se percursos denominados “Passear na História” para residentes de Coimbra, bem como percursos para a comunidade escolar que acolheram 732 estudantes. Também foi realizada a II Mostra Gastronómica das Freguesias cuja iniciativa produziu um livro sobre Coimbra com a colaboração de Nuno Paixão e Inês Gonçalves. Produziram-se 100 mil exemplares da Agenda Turística “Coimbra Viva”. Apoiaram-se vários Congressos sendo abrangidos 10.145 congressistas. No âmbito das “Noites de Verão” foram realizados 46 espectáculos, além do Programa das “Noites Folclóricas” que acolheu os 12 grupos da cidade. A Câmara Municipal participou ainda na Feira das Associações em Aix-en-Provence.

O Sr. Vereador **João Silva** referiu que à semelhança de anos anteriores procurou melhorar-se a elaboração dos documentos em análise, acrescentando-se mais informação e mais pormenorizada, incluindo a própria quantificação financeira das acções do Plano. Nas áreas em que é responsável sublinhou que, relativamente aos Recursos Humanos o ano de 2000 foi um ano com estabilidade profissional e paz social, em que se resolveram muitos problemas, se desenvolveram concursos de promoção nas carreiras, que passaram a efectivos um conjunto significativo de funcionários, chegando ao fim do ano com uma diminuição do tempo de antiguidade do pessoal e de média global de idades, com um volume significativo de horas de formação profissional (6.500 horas). De notar no entanto um facto negativo que foi a elevada taxa de absentismo que tem de ser analisada e percebida em todos os seus aspectos.

No que diz respeito à área financeira o Sr. Vereador João Silva sublinhou que a receita foi de 10.674 mil de contos, que excedeu em cerca de 900 000 contos o que tinha sido orçamentado, o que pode ser considerado um ano excelente em relação ao ano anterior sobretudo em receitas correntes. Para este número houve a contribuição decisiva dos impostos directos e contribuição autárquica. Com isto a Câmara Municipal pôde ter um rendimento de cerca de 212 mil contos, e que contribuíram para a capacidade de financiar a aquisição de máquinas e viaturas e todo o equipamento que lhe diz respeito. Quanto à despesa de 10.740.317 contos teve um acréscimo em relação a 1999 na ordem dos 27%, sendo significativo o aumento das despesas de capital na ordem dos 61,38%, mais de um milhão de contos que em 1999. Como dado mais relevante é o investimento apresentar 30,8%, o que significa despesas de capital em investimento que pode ser considerado de grande importância. Um outro factor a sublinhar é 1,4% de redução em despesas com pessoal, menos 44 mil contos que em 1999, significando que os encargos com pessoal não chegaram a atingir os 50% dos limites previstos na lei. Referiu-se ainda à forte capacidade de endividamento, que neste momento dá mais segurança e perspectivas de soluções financeiras, demonstrando que a Câmara Municipal se pode abalançar a projectos relevantes para o município nos próximos anos. Declarou que a taxa global de execução em relação ao orçamentado e cabimentado foi de 69,28%, o que considera de extrema importância em relação ao orçamento que tantas acusações teve no início do mandato.

Finalmente referiu-se ao volume de trabalho em todas as áreas que coordena, em que na área de Administração Geral o volume de atendimento feito com qualidade e a circulação de documentos é bastante significativa, para além das

responsabilidades que se têm de assumir nesta área embora não sendo autárquicas, como o caso do recenseamento militar.

Também o Departamento Jurídico apresenta um conjunto de elementos de natureza informativa e estatística que não acontecia em anos anteriores, acrescentando ainda que é uma área que tem responsabilidade nos pareceres que são emitidos bem como o tratamento de processos em sede de contra-ordenação e de execuções fiscais, e que se está a recuperar na parte de atrasados que havia.

Relativamente à área de administração urbanística, de extrema importância na Câmara Municipal, destacou os milhares de processos transitados e a importância de muitos deles em relação à ocupação do solo e desenvolvimento de projectos estruturantes para o município em termos urbanos e de qualidade de vida. Continua-se a recuperar algum passivo em termos de processos de obras, que constituía um problema estrutural desde há muitos anos.

Quanto à Companhia Municipal de Bombeiros Sapadores há custos e encargos que muitas vezes não são quantificáveis, com um conjunto de intervenções de socorro em meio aquático, fogos florestais fora do município e todo o apoio ao INEM e às próprias estruturas da saúde em transporte de doentes.

Por tudo isto congratulou-se com o todo o trabalho executado e pela forma como foi feito.

O Sr. Vereador **Gouveia Monteiro** em relação aos documentos apresentados e antes de entrar na análise de números, referiu todo o respeito que lhe merece o trabalho das pessoas que trabalham na Câmara Municipal e que contribuem para que o fundamental que uma Câmara Municipal tem de fazer, seja feito. As questões de fundo que irá apresentar nada têm a ver com a dedicação mas com orientações políticas e estratégicas da actividade do município e com a má repartição de trabalho existente no próprio executivo para a qual várias vezes tem chamado a atenção. Referiu ainda ser sintomático da falta de descentralização o facto de as transferências para as Freguesias representarem em 2000 apenas 2,5% das despesas totais da Câmara, o número mais baixo de sempre. As restantes considerações do Sr. Vereador Gouveia Monteiro encontram-se consubstanciadas na sua justificação de voto.

O Sr. Vereador **Francisco Rodeiro** pronunciou-se do seguinte modo: “mais que reafirmar os números sobre a situação financeira e as taxas de execução do Plano de Actividades, que os senhores vereadores que me antecederam já suficientemente acentuaram, pretendo sobretudo, em jeito de moção de censura construtiva, efectuar um exame crítico destes três últimos anos de mandato autárquico, mormente, da gestão da responsabilidade da maioria socialista no executivo municipal.

Para a caracterizar nada melhor que relembrar duas expressões, com oportunidade pronunciadas por algumas pessoas muito atentas à vida da nossa urbe, que são: "falta a Coimbra um projecto de cidade e Coimbra está à espera que alguma coisa lhe aconteça".

E a prova de que o diagnóstico dessas pessoas é correcto reside no comportamento assumido pela senhora Vereadora Teresa Portugal e pelo senhor Vereador João Silva (e não me refiro ao senhor Presidente, porque pouco ou nada de relevante afirmou) no momento das respectivas intervenções.

A primeira limitou-se a ler um rol de iniciativas, que o Relatório abundantemente enuncia, mas sem apontar um facto ou projecto que, através da senhora vereadora, possa significar um marco impressionante na vida cultural da cidade.

O segundo, pela sua postura e responsabilidade directa pela coordenação da área financeira, ao acentuar que, com o recebimento de juros dos depósitos bancários, os quais ascenderam a 200.000 contos, aprox, pagou a reparação de máquinas e viaturas, combustível e peças, faz-me lembrar a gestão de um aposentado que, com recurso aos juros das poupanças que conseguiu ao longo da sua vida, pretende ter um complemento da pensão de reforma.

Neste três últimos anos, há, importa reconhecê-lo, que referir aspectos muito positivos: na educação pré-escolar foi visível o esforço com vista à cobertura progressiva do concelho quanto a jardins de infância; ao nível do básico, a reparação de estabelecimento de ensino, como a Escola de S. Bartolomeu e Sargento-Mor, embora sem esquecer o ano aziago que foi o 2000 quanto a reivindicações da parte de muitos pais, alunos e professores quanto às condições de segurança das escolas;

Ao nível da cultura, desporto e tempos livres, há a registar o novo Arquivo Municipal (embora com a nossa discordância quanto ao local), a Biblioteca Municipal em Santa Clara, e a estatuária (que, justificadamente, levantou da minha parte e de muita gente, sérias reservas) o novo Teatro na Cerca de S. Bernardo e os festivais de música e de jazz, os Encontros de Fotografia (cuja frequência, em número de visitantes, deve constituir motivo de reflexão face a outros eventos e à dimensão do apoio concedido), o campo de treinos do Bolão para a AAC/OAF e o apoio a colectividades associativas, culturais e desportivas (embora, comparando esses apoios com aqueles concedidos por outros municípios, até de menor dimensão, fiquem muito aquém da importância e papel das associações).

Mas, não obstante, continuam a faltar a Coimbra equipamentos que deveriam projectá-la ao nível do que merece, tais como, um Museu de Arte Contemporânea ou Centro de Artes Contemporâneas e uma sala de espectáculos variados (concertos, ópera, cinema, etc) e as piscinas prometidas.

Em matéria de qualidade ambiental regista-se positivamente o esforço com vista à cobertura total do concelho em água potável e recolha e tratamento dos efluentes domésticos, os investimentos na remodelação do Mercado D. Pedro V e no elevador, no Centro de Congressos e no Parque Verde do Mondego (1ª fase).

Mas continua degradante a imagem, que fica para quem demanda Coimbra, das várias entradas e acessos (p.ex., os edifícios em ruína na Casa do Sal, a Estrada da Beira, o acesso por estrada de Penacova e pela via rápida Bencanta - Taveiro e a zona da Estação Velha).

Vejo comprometida (como sempre tenho advogado) a intervenção do Parque Expo, SA, no programa Polis, em Coimbra, e o papel da Fundação Infante D. Pedro a qual, apesar da transferência de 250.000 contos, ainda não deu qualquer sinal de existência, quanto a ideias e projectos para a zona de intervenção.

Quanto à habitação social, continuo a aguardar que o vasto património municipal seja confiado a uma empresa municipal para o gerir em termos de equilíbrio e racionalidade e desafio o Sr. Presidente e o Sr. vereador do Pelouro a informarem este Executivo se, nestes três anos, a Câmara lançou de raiz alguma obra em matéria de habitação social, a não ser que o arranjo de habitações no Bairro da Rosa e projecto na zona da Bayer signifiquem uma verdadeira política no sector.

Quanto ao desenvolvimento sócio-económico, registo, como já foi referido nessa reunião, o encerramento de algumas unidades industriais e a falta de sensibilidade da maioria socialista para o desenvolvimento industrial do concelho, faltando um plano estratégico, apesar de prometido.

Há, é certo, pequenos pólos, como Taveiro ou Eiras, ou o projecto do Tecnopolo, em ligação com a ideia de cidade da saúde, corporizada pela Invesvita, mas isso é claramente insuficiente para uma cidade como Coimbra.

Ao nível das acessibilidades, a cidade continua estrangulada com inúmeros problemas para todos aqueles que pretendem entrar e sair de Coimbra, não obstante a Ponte Europa, os projectos de acesso entre Santa Clara /S. Martinho do Bispo, os troços do IC3 e a Circular Externa.

Continuo a pensar, em termos de solidariedade e qualidade de vida, que ainda há muita pobreza em Coimbra a sua erradicação ou diminuição significativa devem constituir prioridades do Município.

Por último, nestes três anos, faltou liderança a Coimbra, ela que tem condições para isso atendendo à sua localização e potencialidades, podendo e devendo "arrastar" os concelhos vizinhos para o desenvolvimento.

Mas o Povo é sábio e soberano e está em condições de alterar o voto, apostando em pessoas com mais dinamismo".

O Senhor Vereador **João Pardal** relativamente à taxa de execução do Plano de Actividades da Câmara Municipal relativo ao ano de 2000 está evidenciado na página 70 e 71 do referido documento. O empoamento dos Planos com milhões de contos tem como único objectivo levantar falsas expectativas e esperanças dos munícipes. Referiu ainda que quem tem o poder e a capacidade de gerir e orientar demonstra uma grande incapacidade de executar a obra e cumprir os objectivos estabelecidos em sede de Plano de Actividades. A taxa de execução de 61,97% é muito baixa, e a cidade, no seu entendimento merece mais e melhor, o que só será conseguido com a mudança da política instalada nesta Câmara Municipal, que se irá traduzir numa mudança radical de atitude e de crescimento.

O Senhor Vereador **Jorge Lemos** relativamente à área do Desporto referiu que em termos globais de apoio financeiro no ano de 2000 foram investidos nas diversas colectividades cerca de 367 mil contos, sendo as instalações municipais utilizadas por cerca de 236 mil utentes. Diversas actividades e acções de grande relevância foram realizadas, concluindo-se, dos documentos apresentados que a taxa de execução do Divisão de Desporto ronda os 85%, o que se reputa de importante, tendo em curso a obra mais importante da Câmara Municipal que é a remodelação do Estádio Municipal e toda a zona envolvente. Finalmente realçou a qualidade das águas das Piscinas Municipais que foi qualificada a nível nacional, como uma das melhores do País.

Quanto do Departamento de Obras Municipais o Senhor Vereador Jorge Lemos referiu o papel importante desempenhado por aquele Departamento no acudir a todas as emergências, em que muitas das acções nem são contabilizadas em termos de dinheiro. A taxa de execução na rubrica de acessibilidades está um pouco prejudicada por problemas surgidos com o Tribunal de Contas que atrasaram alguns processos de obras que só agora puderam ser concluídos. Relativamente às obras delegadas nas Juntas de Freguesia e acompanhadas por técnicos municipais constata-se uma taxa de execução de 96,5%. Obras de acessibilidades complementares foram 15 Juntas de Freguesia que tiveram o apoio da Câmara Municipal, realçando ainda a "campanha de tapetes" nas vias municipais efectuada que beneficiou quase todas as Freguesias, campanha essa que continua a desenrolar-se.

Por fim referiu que toda a obra executada é da gestão socialista da Câmara Municipal, porque no seu entendimento, os contributos dados pela "oposição", não foram sérios, pois só criticaram sem apresentarem soluções.

O Senhor Vereador **João Silva**, relativamente ao que foi dito sobre as freguesias referiu que relativamente a 1998 houve um volume grande de protocolos cujas verbas não foram transferidas em 1999 tardiamente, por dificuldades nas assinaturas dos protocolos e isso contribuiu para as distorções que se notam. As freguesias tiveram um aumento extremamente elevado em relação àquilo que foram transferências e o erro foi não ter cortado em 1999 o que não foi realizado em 1998.

Quanto ao modelo de gestão esgotado, referido pelos Senhores Vereadores, o Senhor Vereador João Silva referiu que a estratégia de contenção e obtenção de meios tem por trás a necessidade de se ter meios financeiros para um conjunto importantíssimo de obras que têm a ver com as expropriações necessárias às acessibilidades da Ponte Europa e outras fundamentais para a cidade que impunham custos significativos para o município de Coimbra. Para os Senhores Vereadores da oposição uma gestão de despesismo e de gastos do dinheiro municipal a todo o custo é que era

importante, o que para si, seria uma gestão caótica. No seu entendimento, não é o modelo de gestão que está esgotado mas sim a discussão dos Senhores Vereadores, que quando criticam a capacidade de gestão estão a auto-criticar-se, porque foram uma má “oposição” dado que não haverá um bom governo sem uma boa oposição.

Por fim referiu que quando se fizer a história deste mandato de quatro anos, haverá uma boa recordação que um conjunto de obras significativas, que serão referenciadas como tendo sido aprovadas por um executivo do qual faziam parte, mas cujo objectivo primeiro, foi criticá-las e votar contra. Também ao falarem em falta de ambição, contradizem-se, uma vez que criticam o executivo socialista por ser ambicioso nas propostas apresentadas para o Plano de Actividades, denominando-as de exageradas com muitas obras a não poderem ser realizadas.

Finalmente o Senhor Vereador João Silva referiu que há todo um trabalho continuado e consolidado de dez anos, havendo poucos executivos no País que tenham apresentado, devidamente estruturado, um conjunto de propostas para as respectivas cidades como este executivo. Tem a esperança e até a certeza, que no futuro, este trabalho desenvolvido com o esforço de todos, contribuirá para uma cidade melhor.

O Senhor Vereador **Luís Vilar** começou a sua intervenção referindo-se a algumas questões levantadas pelos Senhores Vereadores da “Oposição”, nomeadamente sobre o ensino Pré-Escolar, referindo que Coimbra tem uma taxa de cobertura na ordem dos 90%. Em 2001 foram inaugurados 2 jardins de Infância e postos a concurso outros dois, o que significa que em finais de 2001 vai haver uma distância enorme entre o ensino público, o privado e o cooperativo com vantagem para aquele. Em relação à promoção de habitação não faz parte a construção do Centro Municipal de Acção Social e as 12 habitações no Bairro da Rosa cuja conclusão que estava prevista para Dezembro de 2000, será apenas em Março de 2001. Também o loteamento para construção de habitação na zona de S.Martinho ainda não foi pago, o que fez descer a taxa de execução na parte de habitação. Por fim referiu que a execução orçamental por unidades orgânicas (páginas 84 e 85 do Relatório) apresentam uma taxa de 87,50% em despesas correntes e 58,37% em despesas de capital, o que dá um total geral de 69,29%.

Finalmente e quanto à gestão utilizada dos dinheiros públicos, o Senhor Vereador referiu que o Senhor Vereador João Silva (vereador responsável naquela área) fez uma boa gestão, contribuindo para que existisse capacidade financeira para pagar os 40% do Programa Polis, ter as verbas necessárias para se poder lançar o Euro 2004, cabimentar um milhão e seiscentos mil contos para o Mercado D. Pedro V e outras.

Referiu-se ainda à qualidade das acções que foram desenvolvidas na área da Cultura, algumas inéditas em Portugal, sendo uma injustiça as críticas apresentadas.

O Senhor Vereador **Manuel Claro** referiu ser interessante apreciar o testamento político efectuado pelo Senhor Vereador Francisco Rodeiro quando diz que a sua intervenção tinha por objectivo uma moção de censura construtiva. Referiu que o Senhor Vereador tem duas obsessões: a pobreza e a actividade cultural no município de Coimbra. Quando nesta última, a taxa de execução é superior a 80%, é porque muito trabalho cultural foi desenvolvido. No seu entendimento, ao Senhor Vereador Francisco Rodeiro e a toda a “oposição”, custa ver que a execução orçamental foi boa e equilibrada e que existe dinheiro para executar as grandes obras anunciadas e de grande importância para Coimbra. No seu entendimento há que louvar a posição de rigor do executivo por ter conseguido nos últimos anos levar a bom porto algumas obras que faziam falta, designadamente o mercado D. Pedro V e a Ponte Europa (acessibilidades). Terminou dizendo que o Relatório de Actividades da Câmara Municipal apresenta uma taxa de execução de cerca de 70%, realidade indesmentível e que os números plasmam.

Posto isto o Sr. Presidente colocou à votação a Conta de Gerência da Câmara Municipal de Coimbra:

Deliberação nº 3998/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar a Conta de Gerência da Câmara Municipal de Coimbra, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, com envio à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.ª Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar e Manuel Claro. Votaram contra os Srs. Vereadores Francisco Rodeiro, José Ribeiro, João Pardal, Cassiano Afonso e Gouveia Monteiro.

De seguida o Sr. Presidente colocou à votação o Relatório de Actividades de 2000 da Câmara Municipal de Coimbra:

Deliberação nº 3999/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar o Relatório de Actividades de 2000 da Câmara Municipal de Coimbra, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, com envio à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.ª Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar e Manuel Claro. Votaram contra os Srs. Vereadores Francisco Rodeiro, José Ribeiro, João Pardal, Cassiano Afonso e Gouveia Monteiro.

Justificação de voto do Senhor Vereador **João Silva**:

“Votei favoravelmente a aprovação do Relatório de Actividades e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Coimbra atendendo a que se trata de documentos de inegável qualidade técnica, elaborados de acordo com as normas legais aplicáveis e que dão a conhecer, com total transparência, as actividades realizadas pela Câmara Municipal no ano 2000, bem como o enquadramento e desenvolvimento dos seus recursos humanos e a sua situação financeira. Votei, também, favoravelmente porque estes documentos reflectem o que foi uma correcta administração municipal que levou a reforçar a capacidade de realização a curto e médio prazo da Câmara Municipal, aos mais diversos níveis, atendendo, nomeadamente, ao reforço das competências dos seus recursos humanos, à melhoria das suas infra-estruturas instrumentais e à manutenção de uma excelente situação financeira. Votei, ainda, favoravelmente porque o trabalho que foi realizado neste ano, e que se encontra aqui descrito, foi sem dúvida um trabalho intenso e importante para o desenvolvimento do Município e para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.”

Justificação de voto do Sr. Vereador **Jorge Gouveia Monteiro**:

“O Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Coimbra referente ao ano de 2000 é um documento onde, por excelência, se pode verificar o que foi ou não feito. Para já, uma primeira reflexão: do ponto de vista económico, verifica-se, pela primeira vez desde o início do mandato, um equilíbrio entre a receita e a despesa. Ou seja, ao contrário de 98, em que a Câmara arrecadou mais um milhão e meio de contos do que gastou; e de 99, em que essa diferença subiu para os 3 milhões de contos; no ano passado, os números equilibram-se e a despesa atinge o nível do último ano do mandato anterior. Conclusão política que não pode deixar de se tirar: acabou a contenção. No penúltimo ano do mandato, a maioria abriu os cordões à bolsa e começou a gastar os 4 milhões e meio que tinha “forrado” na primeira metade do mandato. O tão apregoado “stop and go”, que consiste em fazer “stop” nos primeiros anos e soltar o “go” perto da reeleição é uma das causas do descrédito de uma certa classe política como a que temos à frente da nossa Câmara. Porquê? Porque adia sem necessidade a resolução de muitos problemas que afligem as pessoas, para subordinar o investimento ao calendário e critério eleitoral. Mais à frente exemplifico.

Segunda observação: a comparação entre o que se planificou no início do ano e aquilo que foi executado põe a nu os vícios do actual modelo de planeamento. É assim que, se nas despesas correntes o desvio (entre o previsto e o executado) é apenas de 17.1%, já nas despesas de capital o desvio atinge os 62%. Não é um mal de agora. Sempre esta Câmara fez Planos de Actividades artificialmente empolados, com o objectivo principal de gerir expectativas, que alguma comunicação social menos cuidada amplifica em beleza. São as manchetes do tipo “Em 2000, a Câmara vai investir 12 milhões de contos”. Chega-se agora à conclusão que investiu apenas 4 milhões e meio.

Terceira observação: as taxas de execução do ano 2000 são dolorosamente baixas em três sectores de grande importância para o bem estar das populações.

- ◆ Infra-estruturas de água e saneamento básico – não atingem sequer os 30% do que estava previsto no Plano. Ficaram por investir qualquer coisa como 737 mil contos, quando são conhecidas as carências de tantas zonas do Concelho nesta primeira necessidade.
- ◆ Acessibilidades/vias estruturantes – quedam-se pelos 36.5% do que constava do Plano. Ficaram por investir 500.000 contos. Vias da Margem Esquerda (Santa Clara e S. Martinho), Avenida da Boavista e Túnel da Estação Velha são três dos projectos estruturantes que marcaram passo em 2000.
- ◆ Acessibilidades/vias complementares (são as pequenas estradas e arruamentos que as Juntas de Freguesia reclamam da Câmara) – taxa de execução de 29.5%. Das 31 Freguesias do Concelho foram feitas obras em apenas 11. Ficaram por investir 340.000 contos. Como querem ainda que as Juntas e as populações acreditem nos Planos de Actividades?

Não se julgue que, por destacar eu apenas estes três sectores, no restante estará tudo bem. Na educação pré-escolar, ou na promoção da habitação, ou nos espaços culturais as taxas de execução não chegam também sequer aos 50%.

Quarta e última observação: este modelo de planeamento e gestão está totalmente esgotado. É urgente substituí-lo por um sistema democrático e participado, que aumente a descentralização, nomeadamente nas Freguesias, e faça participar os próprios moradores na identificação das prioridades do investimento camarário.

Razões de fundo pelas quais voto contra este Relatório de Actividades.”

Justificação de voto do Sr. **Presidente**: “Aprovo o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência da Câmara Municipal de Coimbra nos termos que foram apresentados, que contêm um conjunto de dados e informações que dão a conhecer a actividade do município realizada no ano de 2000. A apresentação do Relatório de Actividades mais do que uma obrigação legal é um dever que se cumpre com satisfação, porque informar com objectividade e clareza os órgãos autárquicos e os municípios é um salutar princípio que se perfilha.

O presente documento integra, tal como foi feito em exercícios anteriores, um vasto conjunto de dados e informações, com que se dá a conhecer a actividade realizada pela Câmara Municipal no ano de 2000, reconhecendo-se, contudo, a dificuldade não só de tudo referir mas também de hierarquizar, em termos de importância, as realizações feitas neste ano.

Sabe-se que na perspectiva individual cada munícipe tenderá a valorizar determinados aspectos da actividade da sua autarquia, à luz das suas ideias das suas necessidades das suas opções de vida. Percebe-se, igualmente, que cada força partidária ou cada responsável político faça uma análise da actividade realizada pela Câmara em função da estratégia política com que se determina, mas os dados concretos são o que são e eles aqui estão.

Claro que frequentemente nos debatemos com uma memória selectiva de alguns que apenas se lembram das carências e das dificuldades, ao mesmo tempo que procuram apagar ou esquecer o que foi feito e as circunstâncias e o modo como foi realizado. Para alguns nunca há nada de positivo a referir pela simples razão de as iniciativas e as obras não terem sido feitas por eles.

Contudo alguma “falta de memória” não pode ser confundida com um processo de apagamento do que foi realizado. É mesmo necessário e obrigatório referir o que se fez porque se trata de um adquirido que a todos pertence, que faz parte do património comum e da nossa história colectiva.

Sabemos que a actividade autárquica é avaliada de uma forma peculiar. É uma avaliação permanente e que tende a ser cada dia mais exigente. Congratulamo-nos com isso, porque reconhecemos que o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das populações assenta, em muito, na sua insatisfação e na sua permanente reivindicação, mas não podemos deixar de ter em conta que as mudanças e as realizações exigem um tempo específico e que muitas vezes a pressa é uma inimiga perigosa.

Por outro lado é igualmente necessário considerar o que se deseja e imagina e aquilo que é realizável. Se o sonho e a utopia determinam, em muito, o futuro, há, contudo que ter presente a realidade, as condicionantes com que nos defrontamos e as janelas de oportunidade que a cada momento se nos abrem.

Importante é que as decisões tenham uma perspectiva de sustentabilidade, considerando-se sempre a necessidade de conjugar a componente social, a componente ambiental e a componente económica no desenho e desenvolvimento dos projectos.

É ainda preciso perceber que a actividade global do que se faz e fez na nossa cidade não se resume à actividade da Câmara. A Câmara é um actor, importante, sem dúvida, mas é um de entre muitos outros igualmente importantes que desenvolvem uma intensa e relevante actividade e fazem de Coimbra um espaço de singular capacidade de realização nas mais variadas áreas do saber, da cultura, do desporto, da saúde da prestação qualificada de serviços, etc.

De igual modo há uma intensa actividade associativa que reflecte uma forma especial de relacionamento e de vida colectiva que desde sempre nos distingue e que mesmo nestes tempos tendencialmente tão impessoais e egoístas, sobretudo na vida cidadina, se mantém e se desenvolve.

Na actividade autárquica, de que se dá conta, importa considerar dois aspectos que sendo autónomos estão intimamente ligados; por um lado a componente política, as opções políticas que sustentam as decisões, e por outro as opções de gestão dos meios humanos, financeiros e de equipamentos para realização das opções políticas.

Por determinante formal, o Relatório de Actividades começa por referir os Recursos Humanos e seguidamente a Situação Financeira, entendendo conseqüentemente seguir esta ordem na apreciação que me é devido fazer do documento.

Os recursos humanos de qualquer organização são porventura o seu património mais valioso e o instrumento fundamental de realização e transformação da realidade a caminho do futuro. A experiência acumulada, o saber fazer, o sentido de serviço à comunidade, a responsabilidade de um trabalho para a comunidade são um bem inestimável que se tem de ter em devida conta, respeitar e merecer o devido investimento.

A criação de uma cultura institucional própria e forte que se baseie no sentido de serviço público, célere e qualificado, em que os munícipes são o centro e objecto permanente da atenção e da actividade, assim como a criação de um sentido de responsabilidade e de empenhamento na procura das melhores soluções técnicas para os problemas e ainda a procura da qualidade, a todos os níveis, como método de trabalho, são objectivos que se prosseguem e que implicam uma particular atenção ao modo de gerir, administrar e desenvolver os recursos humanos.

O conhecimento e a utilização de novas tecnologias, como instrumento de melhoria da produtividade e simultaneamente da realização profissional é outro vector que se teve na devida consideração, fazendo formação e facultando, simultaneamente, os inerentes instrumentos de trabalho.

Numa instituição com a dimensão e especificidade da Câmara Municipal importa sobretudo realçar o processo formativo e de desenvolvimento para o exercício profissional a que se deu continuidade e que se vem reflectindo na qualidade de trabalho e de serviço dos trabalhadores desta Câmara.

No que se refere à situação financeira tudo se pode sintetizar na afirmação de que a Câmara Municipal de Coimbra continua de excelente saúde financeira o que obviamente será motivo de satisfação e regozijo de todos os autarcas e munícipes, porque isso significa uma instituição sólida, uma instituição de bem que tem capacidades de solver os seus compromissos e de continuar a realizar as obras e a apoiar as iniciativas de que a cidade necessita.

Claro que esta situação financeira evidencia, entre outros, uma estratégia global coerente e conseqüente e uma ponderada gestão dos dinheiros públicos.

Quanto à receita cobrada, que ultrapassou em cerca de 900.000 contos a receita estimada, é importante reter que as receitas correntes representam sensivelmente 79% da receita global, havendo um acentuado decréscimo do peso percentual das receitas de capital.

Importa ainda sublinhar o crescimento das receitas provenientes do Fundo Geral Municipal, reconhecendo o esforço que vem sendo feito pelo Governo no respeito pela Lei das Finanças Locais, desejando-se, contudo, que esse esforço seja continuado e aumentado, porque é obvio que há múltiplas necessidades que só serão devidamente resolvidas pelo poder local e porque em Portugal as transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais ainda estão muito longe do necessário e sobretudo da importância do trabalho que estas desenvolvem em prol das populações.

No que toca à despesa é de ter em atenção a expressão do aumento das despesas de capital que se traduz num acréscimo de quase 32%, com as despesas de investimento a crescer mais de 71%. Se estes dados dizem o essencial é ainda necessário ter presente a natureza de algumas despesas correntes. Como se verifica há despesas correntes que são de natureza social, apoio em transportes e refeições a crianças em idade escolar, apoio a iniciativas de natureza social, iniciativas culturais diversas, bem como custos com funcionamento de serviços de protecção civil como são os Bombeiros Sapadores.

Há quem, por meras razões partidárias, venha dizer que as despesas são custos com a “máquina” da Câmara, fazendo uma tentativa deliberada de confundir a opinião pública e os cidadãos, por isso é bom ter em conta que as despesas com pessoal tiveram uma redução, em 2000, de quase 45.000 contos. Como se pode ver os encargos com pessoal não chegam sequer a 50% do valor total permitido por lei.

No capítulo da poupança, e tendo em conta o conceito que lhe está legalmente subjacente é de sublinhar que a poupança corrente se situou na ordem dos 2.300.000 contos valor totalmente utilizado em investimento.

Para além desta a situação financeira altamente favorável é ainda de ter em conta a elevada capacidade de endividamento da autarquia, facto extremamente importante, com reflexos práticos e mesmo psicológicos que são de considerar numa perspectiva de médio e mesmo longo prazo, porque permitem segurança confiança para a realização do futuro.

Uma referência, como sempre, às transferências para as Juntas de Freguesia que, como é sabido, tiveram um aumento significativo do valor transferido directamente da administração central, e que no que se refere a transferências desta Câmara tiveram um aumento de cerca de 6% relativamente a transferências correntes, tendo tido um decréscimo de valores transferidos como transferências de capital dado que, por razões climatéricas, não puderam realizar em tempo útil muitas das obras que tinham protocolado com a Câmara. Contudo muitas dessas obras foram ainda feitas nos últimos dias do ano e serão pagas em 2001 pelo que não foi possível considerá-las no presente exercício.

Passando agora à análise da execução do Plano de Actividades confirma-se a intensa actividade municipal realizada neste ano. Como sempre há iniciativas e realizações que é praticamente impossível enunciar, porque decorrem de um trabalho quotidiano e se inserem na actividade corrente dos Serviços, contudo a descrição que se faz das principais acções realizadas é sem dúvida relevante e extremamente significativa.

Claro que a análise da execução do Plano, em termos meramente financeiros, é sempre alvo de variadas leituras, levando a confundir-se actos de boa gestão, como sejam o de realizar as iniciativas previstas com menores custos do que os estimados com falta de capacidade de realização. É um erro que alguns gostam de repetidamente fazer, acabando por demonstrar que na sua perspectiva o que importaria era gastar muito, era gastar tudo o previsto, para dizer que se teve uma boa execução trocando assim uma boa gestão por um efémero momento de glória analítica. Mas não vamos por aí.

A taxa de execução entre o previsto e o cabimentado situou-se em cerca de 62% o que é bom e significou que, em termos reais, em 2000, na execução do Plano de Actividades houve um acréscimo de quase 2.000.000 de contos.

Importa ainda saber que o Plano de Actividades teve como principal fonte de financiamento as receitas próprias, na percentagem de 81,51%.

Melhor do que aquilo que possa aqui dizer e evidenciar é proceder à leitura e análise das realizações indicadas, por cada objectivo estratégico, e verificar quantas importantes iniciativas foram tomadas e realizadas e a sua importância no contexto da actividade cultural, social e económica do nosso Município.

No que se refere à **Promoção da Educação** é bom ter em conta a actuação e a atenção dada a todos os níveis de ensino que são da responsabilidade da autarquia, às componentes de apoio social, apoio instrumental de natureza didáctica, de animação sócio-educativa e de reparação, conservação e construção de novas instalações escolares. A visão global do processo educativo e da realização das competências da Câmara levam, com base na análise concreta das acções descritas, a considerar que foi realizado um trabalho relevante, com importantes consequências futuras.

A frequência da escola, de uma escola melhor, mais confortável, com um ambiente mais amigável, com um apoio mais estreito às nossas crianças é algo que importa distinguir e que corresponde às opções estratégicas deste Executivo.

Ver o que foi feito na área da **Cultura e do Desporto**, e que se encontra referido no capítulo relativo à Promoção e Dinamização da Cultura, Desporto e Tempos Livres, deve ser motivo de reflexão e de análise quando se discutem tão intensamente estas questões na nossa cidade. Olhar e ver com atenção leva-nos a perceber que não raramente apenas se refere a ponta do iceberg. As iniciativas e realizações próprias, os apoios e os incentivos a instituições, associações, etc, apresentam uma dimensão tão significativa que comprova, objectivamente, que Coimbra é um espaço de intensa, variada e qualificada actividade cultural e desportiva.

A intensidade da vida associativa e a multiplicidade de solicitações com que a Câmara é confrontada, o que representa uma óbvia mas saudável dificuldade, são a resposta mais cabal àqueles que tentam apoucar a cidade com uma visão de marasmo. Recomenda-se vivamente a leitura deste Relatório de Actividades porque ele é esclarecedor.

Atente-se seguidamente nas actividades referidas e descritas no capítulo relativo à **Valorização da Qualidade Ambiental**. Este objectivo estratégico, que integra sete programas, alcançou uma despesa cabimentada de mais de 3.000.000 milhões de contos, que se repartiram entre a manutenção e construção de infra-estruturas diversas, a manutenção do parque habitacional municipal, o desenvolvimento de diversos empreendimentos municipais na área da habitação social e a preços controlados, bem como o apoio à recuperação de habitações degradadas. Por outro lado houve todo um desenvolvimento das condições de intervenção na área ambiental, da recolha dos resíduos sólidos urbanos e da renovação dos equipamentos destinados a esta função.

O desenvolvimento de processos de construção de novas áreas verdes, a arborização de arruamentos e jardins, a aquisição de novos parques infantis e a instalação do Novo Horto Municipal foram acções enquadradas neste objectivo a que se deu execução e que levarão, a curto prazo, a uma melhoria do espaço urbano e da qualidade de vida dos cidadãos.

Relativamente ao objectivo **Desenvolvimento Sócio-Económico** é possível a multiplicidade de intervenções, concretamente no que toca à área das acessibilidades em que se torna evidente a articulação e a conjugação de acções que pretendem, não só melhorar a qualidade das vias existentes como lançar novas vias e executar novos passeios conseguindo assim melhorias de acessos viários e pedonais em todo o concelho.

Claro que o processo de construção do Novo Mercado D. Pedro V se assume como uma obra de inegável interesse, bem como o Elevador do Mercado, pela requalificação que representam e pela atractividade que suscitarão a espaços centrais da cidade, bem como a intercomunicabilidade entre a Alta e a Baixa que tornarão a cidade mais próxima e solidária.

Refere-se, ainda, aqui a animação da cidade com variadas iniciativas de índole turística e o apoio e cooperação em realizações culturais e científicas que pela sua relevância e dimensão não devem ser omitidas.

O último grande objectivo estratégico tem a ver com a **Solidariedade e a Qualidade de Vida**. Deve-se referir aqui, em primeiro lugar, o apoio às Juntas de Freguesia que assume uma dimensão a que, muitas vezes, não é dado o devido relevo. Desde sempre que o entendimento da importância das Juntas de Freguesia implicou uma particular atenção à sua adequada instalação, ao apoio ao seu funcionamento e ainda à disponibilização dos meios adequados à realização de diversas obras. Tudo isto com respeito institucional e total independência de actuação.

Neste objectivo contempla-se, ainda, um vasto conjunto de realizações que vão desde a Defesa do Consumidor à Protecção Civil e que merecem toda a atenção, contudo importa sublinhar o apoio que foi dado aos transportes colectivos e que se traduziu no financiamento em 428.900 contos aos SMTUC para compensação no custo social dos transportes. Este apoio que representou um acréscimo de 13,65% em relação ao ano anterior representa a firme vontade de criação e manutenção de transportes públicos fiáveis e de qualidade na nossa cidade.

Dá-se, ainda, conta de **Actividades Diversas dos Serviços Municipais**, concretamente nas áreas da: Administração Geral; Notariado; Jurídica; Aprovisionamento; Planeamento e Administração Urbanística, sendo de salientar o imenso trabalho realizado e que só de forma muito sintética é referido, mas que dá a certeza de uma estrutura autárquica empenhada e motivada para o serviço dos munícipes.

O **Relatório dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra (SMASC) e Serviços Municipalizados Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)** são apresentados autonomamente face às suas características e natureza, devendo, contudo, referir-se a sua interligação e complementaridade dado que são estes Serviços que realizam as políticas municipais específicas para as respectivas áreas de intervenção no contexto da política autárquica global definida para o Município.

Importa ainda referir a participação empenhada desta Câmara no trabalho e no desenvolvimento de empresas, associações, organismos ou instituições que prosseguem fins de interesse público local e se apresentam como uma importante mais valia para o Município e que a seguir se indicam:

ERSUC – Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra;

LUSITÂNIAGÁS – Companhia de Gás do Centro;

MAC – Mercado Abastecedor de Coimbra;

ODABARCA – Animação Turística do Mondego;

PRODESO – Sociedade para o Desenvolvimento Profissional e Social de Coimbra;

METRO MONDEGO, SA;

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses;

RTC – Região de Turismo do Centro;

AIRC – Associação de Informática do Centro;

IPN – Instituto Pedro Nunes;

ATC – Associação Tecnopólo de Coimbra;

ADR-COIMBRAVITA, SA;

Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras;

Associação Portuguesa dos Distribuidores de Água;

Instituto Nacional da Água;
Federação Mundial das Cidades Unidas.

Uma leitura atenta do Relatório de Actividades e da Conta de Gerência de 2000 desta Câmara Municipal reflectem um ano de intenso trabalho a benefício do Município de Coimbra, na realização de obras de cariz imediato e de outras que permitem vislumbrar um futuro sempre mais promissor.

Globalmente entende-se, como os elementos apresentados permitem concluir que em 2000 se deram passos significativos na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da nossa Coimbra, na sustentabilidade do desenvolvimento do Município e do seu progresso. Devemos por isso estar orgulhosos do trabalho realizado sem contudo deixar de considerar que há todos os dias novos desafios e muito trabalho a fazer.

A transparência, a correcção técnica e a descrição pormenorizada dos elementos que se apresentam e se deseja seja do mais vasto conhecimento publico justificam, sem dúvida, a aprovação pelos Órgãos Autárquicos do **Relatório de Actividades e da Conta de Gerência de 2000 da Câmara Municipal de Coimbra.**”

b) Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra.

Pelo Sr. **Presidente** foi feita a apresentação dos documentos relativos à actividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento durante o ano de 2000, do qual de destaca:

- No Plano de Investimento a execução de obras de expansão dos sistemas de saneamento e de remodelação da rede de água que atingiu o valor de 1 577 948 contos, correspondente a uma execução de 61% do investimento programado no início do ano e de 18% superior ao homólogo valor de 1999. O Investimento executado em infra-estruturas de água e esgotos, Etar's incluídas, entre 1995 e ano 2000, cifrou-se em 5 998 957 contos.

Como principais acções desenvolvidas destacam-se: colocação em funcionamento de Emissários do Loreto com as Estações Elevatórias de Esgotos do Loreto e da Estação Velha, fazendo transporte para a ETAR do Choupal os esgotos produzidos em Eiras, Santa Apolónia, Belo Horizonte, Pedrulha, Loreto, etc.; Saneamento no Espírito Santo das Touregas; Construção da Etar de Vila Pouca de Cernache; Drenagem de Esgotos em Fala; Reforço do Abastecimento de Água aos Tovins e Dianteiro; Esgotos em Lordemão.

- No Plano de Actividade corrente: Captação, Tratamento, Elevação e Distribuição de Água; Drenagem, Transporte e Tratamento de Águas Residuais; distribuição de água de qualidade a 100% da população, drenagem e tratamento dos esgotos produzidos por 90% dos municípios, reflectem a complexidade dos sistemas, caracterizados pelos seguintes parâmetros – 1 300 Km de Conduitas de água – 1000 km de colectores de esgotos – 13 Etar's mais 2 em construção. De igual modo os serviços prestados são reflectidos em 19,021 milhões de m³ de água captada, 11,5 milhões de Kwh de energia gasta, 14,0 toneladas de cal para correcção do ph da água e 14,8 toneladas de cloro para garantia da imunidade bacteriológica da água. Como selo de garantia de potabilidade vem o respectivo índice, 99,7% obtido em 26 411 determinações analíticas, de vertente microbiológico, físico, química e biológica, com colheitas em todo o sistema.

Quanto ao tratamento de esgotos, acentua-se que nas 13 unidades em funcionamento, foram recicladas e entregues ao meio hídrico, 9,918 milhões de m³, mais 49% que no ano precedente.

No plano administrativo comercial e financeiro - 1 extensão do sistema informático a todas as áreas do atendimento público; a presteza na elaboração de contratos, na aceitação e tratamento de reclamações, na instalação de contadores, na disponibilização dos locais de pagamento (CTT, Multibanco, transferência bancária, EDP, etc.). Relativamente ao universo dos novos consumidores, de referir o incremento de 1035, cifrando-se o número global de clientes em 73.600. , a quem foram remetidas 442.857 facturas, cujo valor ronda os 2,5 milhões de contos. Relativamente à área financeira acentuou-se o aumento de 6% nos custos operacionais, impulsionados principalmente pelo funcionamento de serviços externos e pelas amortizações do exercício. Também os proveitos operacionais tiveram em relação a 1999 uma descida de 4% de que o principal culpado foi a diminuição de receitas com venda de água (descida de 8%) reflexo da variação tarifária de 1999/2000, ao alterar o esquema tarifário de escalão atingido para enchimento de escalões, que redundam numa efectiva descida, e benefício dos consumidores, da água. Os resultados líquidos diminuíram 31%, cifrando-se em 420 971 contos. Quanto à execução do Orçamento de Tesouraria os recebimentos correntes e de capital atingiram 2 670 439 contos, contra 3019330 contos de 1999. Os pagamentos correspondentes 3.121.593 contos, contra 2.923.826 contos de 1999. O saldo de Tesouraria transitante cifrou-se em 163.949.448 de capacidade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para lançamento de obras novas. Relativamente a este ano de 2001- Março, foram já lançados 9 concursos públicos no total de 1.300.000 contos.

Finalmente destacou a permanente atenção dos Serviços à modernidade, não se cingindo ao mero cumprimento do serviço público com espírito burocrático, mas sim usando a preocupação de prestar esse mesmo serviço público com espírito democrático.

O Senhor Vereador **Francisco Rodeiro** referiu que a empresa municipal Serviços Municipalizados de Água e Saneamento é uma empresa sólida e pujante, que dignifica a cidade e para isso contribuíram, em larga medida, os seus trabalhadores, que aproveitou para cumprimentar na pessoa do seu Director Delegado. Nesta mesma oportunidade o Senhor Vereador Francisco Rodeiro cumprimentou também todos os funcionários da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos . Disse também que a política de despesa utilizada tem trazido benefícios à população e, conseqüentemente, merece o seu apoio, pelo que irá votar favoravelmente os documentos apresentados.

O Senhor Vereador **Gouveia Monteiro** relativamente à capacidade de execução instalada, referiu-se ao facto da Câmara Municipal ter inscrito no seu Plano para 2000 transferências no valor de 407 mil contos e as mesmas não se terem concretizado. Nesse sentido gostaria de saber se relativamente à execução de obras novas no sector da água e do saneamento, as mesmas não foram concretizadas por excessiva ambição do Plano, ou a dificuldades dos próprios Serviços poderem executar um tão grande volume de obras. No seu entendimento havendo capacidade instalada não faria sentido não transferir as verbas constantes do Plano de Actividades da Câmara Municipal .

O Senhor Vereador **João Silva** referiu que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento são um serviço municipalizado que executa políticas municipais de acordo com as orientações do Executivo Municipal, não havendo portanto, estratégia autónoma. Enalteceu a actividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento no que toca ao seu desenvolvimento em áreas fundamentais como a do Ambiente ao fazer o tratamento dos efluentes, bem como a garantia da totalidade de abastecimento de água ao município, com os elevados índices de potabilidade. Também o aspecto do tratamento do desenvolvimento da área de intervenção urbanística, é de realçar, criando e planeando infra-estruturas.

O Sr. **Presidente** em relação à questão colocada pelo Senhor Vereador Gouveia Monteiro referiu que a Câmara Municipal no seu Plano e Orçamento adoptou uma estratégia de orientação de investimentos para os seus serviços municipalizados. Na engenharia financeira as injeções financeiras são feitas ou não, atendendo a se há ou não necessidades. Do conjunto de obras que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento têm em curso não precisou do acréscimo financeiro , porque o conjunto de investimentos lançados têm programações de realização material, física e financeira. No ano de 2000 o tempo não permitiu que as empresas concluíssem algumas obras que tiveram de ser suspensas devido ao mau tempo, pelo que não houve necessidade de transferir as verbas mencionadas pelo Sr. Vereador. Referiu também o Sr. Presidente que o III QCA entrou em funcionamento em 19 de Novembro, a só a partir dessa data seria admissível a apresentação de processos de candidatura.

Posto isto colocou à votação os documentos objecto de discussão e análise, a Câmara Municipal deliberou:

Deliberação nº 4000/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar o Relatório e Contas relativos ao ano de 2000 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Coimbra, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, com envio à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.ª Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar e Manuel Claro, Francisco Rodeiro, João Pardal e Cassiano Afonso. Abstiveram-se os Srs. Vereadores José Ribeiro e Gouveia Monteiro.

Deliberação nº 4001/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar as Contas do Exercício de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2000, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, com envio à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.ª Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar e Manuel Claro, Francisco Rodeiro, João Pardal e Cassiano Afonso. Abstiveram-se os Srs. Vereadores José Ribeiro e Gouveia Monteiro.

c) Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

O Sr. **Presidente** fez a apresentação dos documentos em análise referindo em primeiro lugar o papel importantíssimo desempenhado por esta empresa municipal, criada em 1908. Disse ser uma empresa altamente sensível e frágil em que o tarifário praticado, fixado por orientação do executivo municipal a baixo custo, tem preocupações eminentemente sociais. É assim que em articulação com as políticas definidas pela Câmara Municipal, oferece um transporte público de qualidade, que satisfaz as necessidades de mobilidade das populações , contribuindo assim para a melhoria decisiva da sua qualidade de vida. Disse ainda ser uma empresa com um grande nível de gastos, que têm a ver com combustível e energia, pneus e com a grande massa salarial, bem como a introdução de métodos de gestão e de funcionamento inovadores. É neste sentido que tem de haver uma forte intervenção subsidiadora da Câmara Municipal para o funcionamento corrente da empresa, cujas limitações no seu funcionamento terão de ser objecto de um carinho especial para o trabalho que ali é desenvolvido para ser possível transportar diariamente mais de 100 mil pessoas. Para compensar o custo social dos transportes os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos fazem a exploração dos parques de estacionamento público, não tendo sido muito eficaz o trabalho de cooperação activa da PSP ao fiscalizar, uma vez que uma grande parte dos automóveis estão estacionados em contravenção sem serem contudo

autuados. Referiu ainda o Sr. Presidente a política adoptada de renovação da frota com a aquisição de 5 novos autocarros de piso rebaixado e a remodelação do interior de outros seis, com aplicação de estrados e bancos novos. Do mesmo modo irá ser mantido um espaço memorial, restaurando integralmente os 20 tróleys bem como uma instalação pioneira que rentabiliza a linha do Museu a criar no âmbito do Programa Polis entre as Lajes e a Ínsua dos Bentos, dando melhoria de eficácia à empresa S.M.T.U.C. Também a exploração do elevador, cuja instalação está a ser feita junto ao Mercado D. Pedro V será efectuada por aqueles Serviços Municipalizados.

Referindo-se à Ecovia, serviço pioneiro em Portugal e na União Europeia, o Sr. Presidente referiu que foram transportados durante o ano de 2000, 366.000 passageiros, contribuindo deste forma para retirar da circulação do Centro Histórico da Cidade de Coimbra cerca de 1.000 automóveis/dia.

Finalmente o Sr. Presidente declarou que os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos são uma empresa municipal especial, que desempenha um serviço público insubstituível, sendo um instrumento de apoio ao planeamento e gestão da cidade indispensável e não obstante os encargos financeiros a suportar, é uma empresa que poderá ser classificada de sucesso.

O Senhor Vereador **João Silva** referiu que os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos têm uma função fundamental na cidade reconhecida por todos aqueles que lhe querem bem. O problema dos transportes é um problema europeu, das características da cidade e do triunfo do individualismo e do automóvel. Nesse sentido a penalização dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos é sobretudo social baseada na incapacidade das pessoas de verem o transporte colectivo como uma solução de transporte. Quando se “bate” nos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos é estar-se a penalizar quem não tem nenhuma culpa e que desempenha uma função fundamental e importante e que dá resposta à população mais carecida do município.

Em relação a problemas mais concretos o Senhor Vereador João Silva referiu a aprovação de novas linhas e extensão de outras, aprovadas pela Câmara Municipal sem que alguma vez os Senhores Vereadores “da oposição” tivessem a preocupação de saber se são rentáveis ou não. Referiu-se também ao transporte de funcionários aposentados, cuja decisão foi tomada na Câmara Municipal com a sua abstenção por entender que a solução não era correcta, pelo que gostaria de saber agora a posição que vão assumir perante as contas que são apresentadas e que reflectem financeiramente também essa decisão votada favoravelmente por aqueles que criticam agora as contas.

O Senhor Vereador **Gouveia Monteiro** relativamente a este assunto referiu a necessidade de se assumir se se quer uma empresa de transportes para os mais carenciados, dando de barato a derrota dos transportes colectivos na cidade face ao transporte individual, ou se quer uma empresa de transportes que recupere permanentemente relativamente ao transporte individual. No seu entendimento, os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos continuam a registar indicadores preocupantes, com uma perda de passageiros transportados e o indicador da idade média da frota não tem ainda uma inversão positiva. Disse ainda que para além da extensão de algumas linhas é necessário proceder à remodelação de algumas carreiras, para o que tem apresentado inúmeras propostas, tentando recuperar passageiros para a frota dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos e travar assim o combate ao transporte individual, combate esse que tem de ser tomado em toda a linha, mudando-se assim questões de fundo na estratégia da mobilidade dentro da cidade de Coimbra.

O Senhor Vereador **Manuel Claro** lembrou que todos querem mais passageiros transportados no serviço público, mas hoje vive-se numa sociedade em que o automóvel domina. Ao reduzir-se já em 1000 o número de veículos na cidade por dia, é já dar um passo positivo, tendo em conta que só proibindo é que se deixa de circular nas cidades, o que no seu entendimento será a tendência para assim acontecer, à semelhança do que já hoje é feito em muitas cidades europeias.

O Senhor Vereador **Jorge Lemos** referiu que iria votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Conselho de Administração, pelo rigor da mesma e pelo trabalho desenvolvido na gestão dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos.

Posto isto o Sr. Presidente colocou à votação os documentos acabados de analisar e a Câmara Municipal deliberou:

Deliberação nº 4002/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar o Relatório de Gestão e Documentos Financeiros relativos ao ano de 2000 dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, com envio à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.ª Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar e Manuel Claro. Votaram contra os Senhores Vereadores José António Ribeiro, João Pardal, Cassiano Afonso e Gouveia Monteiro e absteve-se o Senhor Vereador Francisco Rodeiro.

Deliberação nº 4003/2001 (26/03/2001):

- **Aprovar os Documentos de Prestação de Contas de 2000 dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma, com envio à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Sr. Presidente, a Sr.ª Vice-Presidente e os Srs. Vereadores Jorge Lemos, João Silva, Luís Vilar e Manuel Claro. Votaram contra os Senhores Vereadores José António Ribeiro, João Pardal, Cassiano Afonso e Gouveia Monteiro e absteve-se o Senhor Vereador Francisco Rodeiro.

Justificação de voto do Senhor Vereador Francisco Rodeiro: “A minha abstenção significa de um lado o estímulo aos funcionários dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos e o reconhecimento pelo seu empenho e dedicação. Por outro lado significa uma censura ao Conselho de Administração enquanto responsável pela política de transportes porque:

- 1- Mantém a fragilidade da empresa;
- 2- Não contraria o envelhecimento da frota;
- 3- Mantém uma deficiente cobertura de transportes públicos na área do município;
- 4- Alheamento do Metropolitano de Superfície, enquanto meio complementar de transporte;
- 5- Acomodar-se à frágil política de indemnizações compensatórias praticada pelo Governo do Partido Socialista”.

Finalmente o Sr. **Presidente** agradeceu aos trabalhadores da Câmara Municipal de Coimbra, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos, que com rigor profissional e grande empenhamento conseguiram apresentar em tempo útil, os documentos que acabaram de ser aprovados.

E sendo vinte horas e quarenta e cinco minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada na reunião do dia 02/04/2001 e assinada pelo Sr. Presidente e pelo Director do Departamento de Administração Geral.